TERÇA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 27 DE MAIO DE 2025 - Nº 4.872 - R$ 4,00

JORGRAF

TRIBUNA INDEPENDENTE

tribunahoje.com

SÉRIE B

CRB perde para o Botafogo-SP e cai para a oitava colocação

O CRB foi derrotado ontem à noite pelo Botafogo-SP, em Ribeirão Preto, pelo placar de 2x1 e caiu na tabela de classificação da quarta para a oitava colocação. O Galo volta a campo no domingo contra o Remo, em Maceió. **PÁGINA 8**

CBF



SELEÇÃO BRASILEIRA

Ancelotti deixa Neymar de fora e chama "velha guarda"

Após ser apresentado pelo recém-eleito presidente da CBF, Samir Xaud, Carlo Ancelotti anunciou sua lista de convocados para os jogos contra o Equador e Paraguai, dias 5 e 10 de junho, pelas Eliminatórias da Copa. Na relação dos convocados, algumas surpresas: o goleiro Hugo Souza, do Corinthians, o zagueiro Alexsandro, do Lille-FRA e o volante Andrey Santos, do Strasbourg-FRA. Neymar, ainda retornando de contusão, ficou de fora. O italiano também promoveu retornos de atletas da "velha guarda": os veteranos, como o volante Casemiro, e Danilo e Alex Sandro, do Flamengo. **PÁGINA 15**

"Vítimas da Braskem nos Flexais estão sem educação e creches"

Movimento afirma ainda que mesma situação é vista nas Quebradas, Marquês de Abrantes e Bom Parto

O Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) denunciou em nota que as comunidades dos Flexais, assim como Quebradas, Marquês de Abrantes e Bom Parto, em Maceió, estão sem escolas e creches. "Crianças e adolescentes dos bairros atingidos pelo afundamento do solo estão sem acesso aos serviços educacionais gratuitos que devem ser garantidos pelo poder público", diz a nota, acrescentando que "antes do crime da Braskem, essas regiões contavam com uma infraestrutura razoável de educação: somente na área dos Flexais existiam nove escolas, sendo cinco da rede pública". Na área total atingida pelo afundamento de solo, a coordenação do movimento relacionou dez unidades de ensino público, ligadas ao Estado e à Prefeitura de Maceió, que foram fechadas na região. Moradores dessas áreas reivindicam realocação. **PÁGINA 5**

Acusado de matar farmacêutica a pedradas é condenado a 27 anos

ASCOM MP/AL



Cícero Messias foi condenado pelo assassinato da farmacêutica Marcelle Bulhões a pedradas no meio da rua, no Cidade Universitária, no Dia da Mulher

O réu Cícero Messias da Silva Júnior foi condenado ontem, a 27 anos e 1 mês de reclusão pela morte da farmacêutica Marcelle Bulhões. Ela foi assassinada a pedradas em 8 de março de 2023, no Dia Internacional da Mulher. O crime foi registrado em uma via pública do bairro Cidade Universitária. Cícero foi denunciado pelos crimes de homicídio triplamente qualificado: motivo fútil, torpe (feminicídio) e por recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Durante o julgamento, a juíza Juliana Batistela Guimarães chamou a atenção do advogado de defesa por comportamento considerado machista e preconceituoso. **PÁGINA 8**

ASCOM PMBSA



LITORAL NORTE

Prefeita lidera ação solidária após fortes chuvas na Barra de Santo Antônio

PÁGINA 5

ASCOM SESAU / NATALY LOPES



SAÚDE

Governo do Estado adquire ressonância magnética para o Hospital do Coração

PÁGINA 5

sDoc
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Assinado de forma digital por: JORGRAF-Coop. De Prod. E Trab. De Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas – Tribuna Independente – CNPJ Nº 08.951.056/0001-33 – José Paulo Gabriel dos Santos – CPF Nº 087.567.594-87
ICP Brasil



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Tribuna Independente (JORGRAF) de circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou no domínio: www.tribunaindependente.com.br

TRIBUNAHOJE.com



ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI - contato@colunaesplanada.com.br



Sobre o clima

Importantes eventos pré-COP têm se destacado Brasil afora. O Instituto Clima e Sociedade (iCS) promoveu debate com jornalistas de grandes veículos de 16 capitais, no domingo e ontem, com programação focada em finanças climáticas, destacando o País como peça-chave na agenda global. "Existe uma nova geografia no financiamento climático. Instituições como o Banco Asiático de Infraestrutura ou o New Development Bank já operam fora da influência direta dos Estados Unidos", afirmou Maria Netto, diretora-executiva do iCS. Com décadas de experiência em instituições financeiras multilaterais, Josué Tanaka, membro sênior honorário do Imperial College London e consultor do C40, lembrou a dificuldade de transformar metas climáticas em projetos tecnicamente viáveis. "Muito se fala em falta de financiamento, mas o que escutamos do setor privado é: 'temos recursos, mas faltam projetos'. Ou melhor: faltam projetos bancáveis". O site da Coluna publica hoje matérias sobre os dois dias de debates.

SINAIS

Veteranos políticos que passeiam pelo Poder desde os tempos em que "Dom Pedro soltava pipa" sempre repetem que é importante reconhecer os sinais das ruas para entender rumos da política. Nunca foi tão evidente, com a série de protestos sociais em São Paulo ontem. Ocorrem às vésperas de Guilherme Boulos assumir a Secretaria-Geral da Presidência, pela qual passa a interface do Governo com movimentos de rua.

APAGÃO DE NOVO



O sistema ePol, de intranet da Polícia Federal e que dá acesso a todas as investigações em curso para suas equipes de agentes e delegados, sofreu novo apagão de horas ontem – desde o fim de semana instável. No meio do mês ficou quase uma semana em off, contam fontes. Quando isso ocorre, é praticamente um apagão e ninguém sabe como seguir os trabalhos – até operações nas ruas podem ser suspensas.

PASSEIO, ALHO, SEBO

Com tanto problema para resolver na pauta, e os assombros das eternas CPIs, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado vai indicar representantes para participar da 20ª Edição do Festival das Cataratas em Foz do Iguaçu. Há dias, deputados amanheceram consternados com o cancelamento da audiência que discutiria a implantação do Dia Nacional do Alho e a análise do Dia Nacional do Sebo.

OS 40 DE ISRAEL

A Embaixada de Israel celebra os 77 anos de criação do Estado judeu amanhã. Daqui duas semanas, uma comitiva de 40 deputados visitará o país no Oriente Médio em evento organizado pelo Grupo Parlamentar de Amizade. No Senado, o lobby israelense consegui descongelar o acordo de serviços aéreos de 2019 com o Governo do Brasil.

JUSTIÇA E CIDADANIA

Embora muito criticado – em muitos casos pela morosidade – há o que se comemorar na Justiça Brasil adentro, e coisa boa deve ser divulgada. O Conselho Nacional de Justiça premiou o Judiciário amapaense pelo projeto social "Pop rua Jud", coordenado pelo juiz Marcone Pimenta. O TJPA concorreu com 184 projetos dos 27 tribunais do Brasil, onde três apenas foram premiados.

ESPLANADEIRA

#Hospital Care alcançou lucro de R$ 25 milhões em dois anos. #Vila Omint, sede do Grupo em SP, passa a operar no Mercado Livre de Energia.

#Pacto Global - Rede Brasil realiza hoje em Brasília o Diálogo Regional Centro-Oeste.

#3º Summit Internacional de Segurança Psicológica acontece dias 13 e 14 de outubro, em SP.

#Isabella D'Elia participa da coletiva 7ª Mostra Arte em Foco, na Galeria Via Parque, RJ.

#Ilustrador Monge Han ministra, hoje, curso sobre Processo de criação de quadrinhos no Youtube.

Com equipe DF, SP e Noedeste
www.colunaesplanada.com.br
contato@colunaesplanada.com.br Twitter @leandromazzini

Campanha em Piranhas é alvo de investigação

Ministério Público Eleitoral apura indícios de irregularidades no uso dos recursos do Fundo Eleitoral por vereadora eleita em 2024

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O Ministério Público Eleitoral instaurou um Procedimento Preparatório Eleitoral para investigar supostas irregularidades na utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) por uma candidata a vereadora eleita em 2024, em Piranhas, município localizado no alto Sertão alagoano.

O MP Eleitoral não informou qual o nome da parlamentar que está sendo alvo de investigação. Na última eleição, foram eleitas quatro vereadoras à Câmara de Piranhas, sendo uma do MDB, duas do PDT e uma do PSB.

De acordo com a portaria publicada na última quinta-feira (22), do Diário Oficial do Ministério Público de Alagoas, o procedimento foi motivado por inconsistências encontradas na prestação de contas da candidata, que recebeu R$ 15 mil do FEFC.

A investigação aponta que quase a totalidade do valor (R$ 14.983,00) foi repassada a um único fornecedor, uma empresa de comunicação visual, sem comprovação adequada da efetiva prestação dos serviços contratados.

Apesar das intimações feitas durante a fase de prestação de contas, os esclarecimentos prestados não foram considerados suficientes pelo Ministério Público.

Segundo promotor eleitoral, Dênis Guimarães, há a ausência de documentos que demonstrem o controle de tiragem de material gráfico, identificação do fornecedor e da origem de materiais supostamente doados por outra campanha.

A empresa também é alvo

ELEITAS
O MP Eleitoral não informou qual o nome da parlamentar que está sendo alvo de investigação. Na última eleição, foram eleitas quatro vereadoras à Câmara de Piranhas, sendo uma do MDB, duas do PDT e uma do PSB.

VERBAS
O Fundo Eleitoral foi criado em 2017 como alternativa ao fim do financiamento de campanhas por empresas privadas. Os recursos são distribuídos com base no número de deputados federais e senadores eleitos pelas siglas na última eleição.

EDILSON OMENA



Eleição em 2024 ainda provoca reações do MP Eleitoral acerca do uso dos recursos federais para a eleição

A vereadora será oficialmente notificada da abertura do procedimento e deverá prestar esclarecimentos.

O Ministério Público Eleitoral também aguarda resposta ao ofício encaminhado à empresa fornecedora. Após o cumprimento das diligências iniciais, os autos retornarão ao promotor para nova análise e deliberação.

RECURSOS

O fundo eleitoral foi criado em 2017 como alternativa ao fim do financiamento de campanhas por empresas privadas. Os recursos são distribuídos com base no número de deputados federais e senadores eleitos pelas siglas na última eleição.

Para receber os recursos, cada partido deve definir critérios de distribuição às candidatas e aos candidatos, de acordo com a lei, respeitando, por exemplo, a cota por gênero e raça. O plano deve ser homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Conforme a Justiça Eleitoral, o dinheiro só fica disponível para cada partido quando a direção executiva nacional da sigla definir e divulgar seus critérios usados para a distribuição interna dos recursos.

A verba deve ser aplicada exclusivamente no financiamento das campanhas eleitorais e os partidos devem prestar contas de cada gasto.

Em caso de sobras, o dinheiro volta para a conta do Tesouro Nacional. Caso algum partido opte por não receber o fundo eleitoral, o valor destinado a ele também será devolvido aos cofres públicos.

AL alcança adesão histórica e Secult terá R$ 202 milhões para a cultura

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

Com a adesão dos 102 municípios ao Ciclo 2 da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à cultura (PNAB), Alagoas garantiu o repasse de R$ 202,2 milhões para o setor cultural entre 2025 e 2028. Do total, R$ 102,3 milhões serão destinados ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secult), e o restante será distribuído entre as prefeituras, fortalecendo ações culturais em todo o território alagoano.

A adesão integral consolida Alagoas como referência nacional na implementação da nova política cultural de fomento continuado, que tem como objetivo garantir o financiamento perene de ações, projetos e programas que valorizem a diversidade e a produção artística local.

Para a secretária de Estado da Cultura, Mellina Freitas, o resultado é fruto de um esforço coletivo e do compromisso do governo com o setor cultural.

"Alagoas fez história. Ter todos os municípios integrados à PNAB demonstra a força da articulação entre o Governo do Estado, as gestões municipais e o Ministério da Cultura. Estamos falando de oportunidade, inclusão e transformação social por meio da cultura. É um marco que vai impulsionar a economia criativa em todo o território alagoano", afirmou a gestora.

Com a adesão concluída, os municípios e o Governo do Estado agora se preparam para a próxima etapa: a elaboração e envio dos Planos de Aplicação de Recursos (PAR), que devem ser construídos com ampla participação dos fazedores de cultura e da sociedade civil. Após aprovação do Ministério da Cultura, os recursos começarão a ser liberados para a execução das ações culturais previstas.

DIVULGAÇÃO

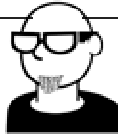


Secretária Mellina Freitas destacou o esforço do Estado e o desempenho dos municípios em prol da cultura

TIC TAC TIC TAC

POLÍTICA, ARTES, MEMÓRIAS: O TEMPO “RUGE”!

@eniolins.tribuna.com





SEGUE SUBINDO A LADEIRA, com gosto de gás, o cinema brasileiro. Entusiasmante. Os dois prêmios materiais conquistados na Côte d'Azur somam-se com um terceiro, anterior, de pura emoção, que foi a ovação de 13 minutos quando da estreia. “O Agente Secreto” retorna para casa com os lauréis de Melhor Diretor e Melhor Ator do Festival Internacional de Cinema de Cannes. Empolga pela conquista nacional (poderia ser qualquer filme), empolga pelo conteúdo do filme premiado, empolga pelos posicionamentos corajosos, cidadãos, dos dois premiados: Wagner Moura e Kleber Mendonça Filho.

ESSAS VITÓRIAS devem ser computadas, com muito orgulho, ao pensamento democrático brasileiro e internacional. Isto é particularmente importante num momento em que a extrema-direita (obtusa, criminosa, estúpida, arrogante) cresce em todo o globo, ameaçando com o retorno, em larga escala, do autoritarismo de feição fascista. O planeta sofre os tremores e temores de uma guerra nada fria onde a ignorância bombardeia a inteligência, a mentira apunhala a verdade, preconceitos trituram conceitos, a antiética esmaga a ética. Resistir é a palavra do momento. E quando um filme do tipo “O Agente Secreto” é reconhecido como um dos melhores do ano por uma das duas premiações mais emblemáticas do cenário cinematográfico universal, que lhe distingue com os títulos de Melhor Diretor e Melhor Ator, isto significa dizer que muitos milhões de pessoas a mais vão assistir à película premiada e raciocinar, ponderar, sobre os valores libertadores, antifascistas, ali expostos com arte e propriedade. É, portanto, um êxito – artístico, cultural e democrático – mundial.

KLEBER MENDONÇA FILHO, o melhor diretor do mundo em 2025, segundo Cannes, é um ativista pela liberdade e pela democracia, um militante antifascista convicto e sereno. Um cidadão com coragem suficiente para assinar um manifesto contra o genocídio em Gaza antes de ter sua obra cinematográfica votada, num cenário empresarial no qual o sionismo ainda tem enorme força e alto poder de decisão.

WAGNER MOURA, o melhor ator do mundo em 2025, segundo Cannes, é um ativista pela liberdade e pela democracia, um militante antifascista destemido, firme, e sem papas na língua, disposto a denunciar o autoritarismo em todos os momentos. Incansável. Quando seu nome foi anunciado como vencedor dentre todos os grandes atores concorrentes, estava em Londres, trabalhando, gravando mais um filme.

SOBRE O FILME, DIZ O G1: “Ambientado durante a ditadura militar no Brasil, O Agente Secreto conta a história de um professor que se muda para o Recife e descobre que está sendo espionado. Estreou no Festival de Cannes no dia 18 de maio e foi aplaudido por cerca de quinze minutos. Na imprensa internacional, o filme chegou a ser definido como “thriller maravilhoso”, “obra-prima” e “monumental”. Essa foi a primeira vez que o Brasil levou dois prêmios em uma mesma edição do Festival de Cannes”. Afirma a mesma fonte que ser premiado em Cannes não garante sucesso no Oscar, mas “mesmo assim, o festival francês aumenta a expectativa sobre o desempenho do longa em relação à premiação americana. Isso porque o festival tem um histórico promissor em relação ao Oscar — muitos dos filmes prestigiados e Cannes ganham destaque no Oscar no ano seguinte”.

ESSE SUCESSO, essas premiações, são – indubitavelmente – o sucesso e a premiação do ideal antifascista. É a valorização e reconhecimento da denúncia e da rebeldia contra o autoritarismo. São avanços importantes na guerra cultural contra os negacionismos de todos os tipos, contra as discriminações e preconceitos, e contra a ideia da violência como método para eliminar conflitos. Que se multipliquem obras como “Ainda Estou Aqui”, “O Agente Secreto”. Viva o cinema brasileiro! Viva a Cultura!

Indígenas precisam de moradias urgentes

Ministério Público Federal e DPU recomendam construção urgente de moradias para indígenas Wassu Cocal em Alagoas

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

A comunidade indígena Wassu Cocal, localizada no município de Joaquim Gomes (AL), vive uma grave crise habitacional. Mais de 80 famílias moram em casas de taipa, muitas em situação de risco, com estruturas frágeis e sem acesso a serviços básicos. Diante desse cenário, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) expediram uma recomendação conjunta cobrando medidas urgentes para garantir moradia digna à população.

O procurador da República Eliabe Soares e o defensor regional dos direitos do cidadão, Diego Alves, recomendam que o município, com apoio do Estado de Alagoas e da União, adote duas frentes de atuação. São elas: medidas estruturais que versam sobre a construção de moradias adequadas por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) ou do Programa Vida Nova na Sua Casa, com base no mapeamento já realizado pela DPU e pelo DSEI/AL, que identificou as famílias em situação de vulnerabilidade; e medidas emergenciais: enquanto as casas não são construídas, o município deve oferecer apoio imediato às famílias, como auxílio-moradia, abrigos provisórios ou outros meios de proteção social.

Além disso, a recomendação exige que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/AL) acompanhem de perto a situação durante o período chuvoso, prestando apoio direto aos indígenas e relatando as ações realizadas.

A prefeitura deve apresentar, em 30 dias, um plano com cronograma detalhado para atender à demanda habitacional da comunidade. Já a resposta formal à recomendação, com informações e documentos sobre as providências adotadas, deve ser enviada em até 15 dias.

A SITUAÇÃO

A situação enfrentada pelos Wassu Cocal não é recente e o MPF e a DPU vêm atuando para cobrar ações das autoridades. Em 2022, chuvas intensas destruíram cerca de 50 casas da comunidade, mas mesmo após reuniões com representantes do município, do estado e de órgãos federais, a maioria das famílias permanece desabrigada ou vivendo em moradias precárias e perigosas.

Em março de 2025, o MPF realizou inspeção no território indígena, onde constatou a precariedade das moradias, muitas delas em estado de risco estrutural e sem condições mínimas de habitabilidade. Na última quinta-feira, dia 22 de maio, a liderança encaminhou relatos da própria comunidade sobre a deterioração das casas de taipa, especialmente após as fortes chuvas que atingem a região.

A recomendação reforça que o direito à moradia adequada é garantido pela Constituição Federal, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção nº 169 da OIT – que estabelece a obrigação dos Estados de proteger as condições de vida dos povos indígenas.

Também lembra que a Lei nº 11.977/2009, que criou o programa Minha Casa, Minha Vida, prevê atendimento específico à população indígena por meio de políticas públicas habitacionais. E que a Lei nº 11.326/2006 equipara os povos indígenas aos agricultores familiares para fins de acesso ao PNHR.

O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União destacam que a construção de moradias para os Wassu Cocal é uma questão de justiça social, reparação histórica e respeito à dignidade humana.

CREDITO



Constatação do MPF e Defensoria Pública da União é que as famílias vivem em casas de taipa em situação precária e vulnerável

MP recomenda criação de normativo para disciplinar investigações

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

A Polícia Civil de Alagoas deve editar um normativo que regularize, em âmbito estadual, a avocação de investigações, ou seja, a transferência de uma investigação de um delegado para outro ou para uma comissão de delegados por determinação superior. Esse é o teor de uma recomendação expedida na última terça-feira (20) pela 62ª Promotoria de Justiça da Capital (Controle Externo da Atividade Policial e Tutela da Segurança Pública) do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL).

No documento, a promotora Karla Padilha, pede ainda que seja observado o que preconiza a Lei Federal nº 12.830/13, segundo a qual a avocação de investigação deve ocorrer apenas em caráter excepcional e de forma fundamentada, caso a caso, somente por motivo de interesse público.

“Ou então nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação, dando-se de tudo plena ciência ao Promotor de Justiça Natural para atuar no feito”, acrescentou Karla Padilha.

A promotora solicita também, por meio da recomendação, que todas as avocações em curso sejam suspensas no âmbito da Polícia Civil até que seja expedido um ato normativo para essa finalidade, com exceção daquelas que já estejam em consonância com a Lei Federal nº 12.830/13.

Outro pedido da recomendação é para que, em até 30 dias, os Promotores de Justiça Naturais sejam comunicados pela PC/AL a respeito dos inquéritos policiais ou outras investigações que tenham sido avocados até a presente data.

“A necessidade de seguir o que determina a Lei Federal e de se criar um dispositivo normativo próprio para as avocações ocorre para que se previnam eventuais desvios de finalidade na condução das apurações criminais, bem como para que se confira transparência, sobretudo para o Ministério Público, quanto às razões ensejadoras de tais decisões de modificação da autoridade que presidirá as investigações, evitando-se, assim, possíveis prejuízos às partes envolvidas [vítima e investigado]”, argumentou a promotora de Justiça.

A PC/AL tem um prazo de 30 dias para informar ao MP Estadual se acolhe ou não a recomendação e, se não o fizer, deve esclarecer e fundamentar por quais motivos não vai acatar o que foi recomendado.

DIVULGAÇÃO



MP Estadual deu prazo à PC-AL para se manifestar sobre a recomendação

TJ-AL decide aposentar juíza com aposentadoria compulsória

Emanuela Porangaba havia sido afastada em junho de 2024 por suspeita de favorecer escritório de advocacia

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) decidiu pela aposentadoria compulsória da juíza Emanuela Bianca Oliveira Porangaba. Por 9 votos a 6, o plenário concluiu que ela favoreceu um escritório de advocacia em processos nos quais atuou como juíza substituta nas comarcas de Campo Alegre, São Luís do Quitunde e São José da Lage, e como juíza plantonista em Maceió, nos anos de 2022 e 2023.

A magistrada foi afastada pela Corregedoria do Tribunal em junho de 2024, após a instauração de processo administrativo disciplinar. A defesa de Emanuela Porangaba informou que vai recorrer da decisão do TJA-AL no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os indícios apontaram inconsistências em documentos processuais, como erros de endereço em petições iniciais, e o direcionamento de processos para as unidades onde atuava como substituta, relacionados ao escritório Mousinho e Mousinho Advogados Associados.

De acordo com o corregedor-geral do Tribunal, Domingos de Araújo Lima Neto, foram analisados 16 processos despachados pela juíza entre 2022 e 2023, dos quais 13 apresentaram indicativo de direcionamento, com a utilização de domicílios falsos dos autores das ações. Os casos tratavam da transferência de veículos.

Durante esse período, advogados do escritório Mousinho e Mousinho Associados apresentaram endereços falsos para ingressar com ações que seriam analisadas pela magistrada. A juíza despachava decisões favoráveis, incluindo a exclusão de gravames registrados em documentos de veículos adquiridos pelos clientes do escritório.

IRMÃOS NO TJAL

De acordo com o corregedor, a juíza não considerou as inconsistências na documentação relativa aos endereços, o que sugeria o seu conhecimento sobre o direcionamento das ações.

O escritório apontado na investigação pertence aos advogados Carlos Henrique Costa Mousinho e Diego Aurélio Costa Mousinho, filhos do promotor de Justiça Marcus Aurélio Gomes Mousinho.

O irmão do promotor, Marcello Mousinho Júnior, também foi citado pela Corregedoria por envolvimento no esquema.

ENTENDA

Em meados do ano passado, os juízes Luciano Andrade de Souza, Emanuela Bianca Porangaba e Gilvan de Santana Oliveira foram afastados do bilionário processo de falência da Laginha Agroindustrial, que pertencia ao empresário João Lyra, ex-deputado federal e pai de Tereza Collor.

A investigação preliminar examinou as decisões e sentenças proferidas por Emanuela Porangaba, em 2022 e 2023, nos períodos em que ela atuou como juíza substituta nas varas de São José da Lage, São Luiz do Quitunde e Campo Alegre, no interior de Alagoas, e no plantão judiciário cível da capital, Maceió.

VALORES

O esquema teria causado um prejuízo de R$ 1,7 milhão a instituições financeiras. O escritório apontado na investigação pertence aos advogados Carlos Henrique Costa Mousinho e Diego Aurélio Costa Mousinho, filhos do promotor de Justiça do processo de falência da Laginha, Marcus Aurélio Gomes Mousinho. O irmão do promotor, Marcello Mousinho Júnior, também foi citado pela Corregedoria por envolvimento no esquema.

Marcus Aurélio Mousinho foi designado para o caso da falência da Laginha na gestão do atual desembargador Márcio Roberto Tenório de Albuquerque como procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Alagoas (MPEAL). Entre suas decisões está a contratação, aprovada pela comissão de juízes integrada por Emanuela Porangaba, da consultoria do ex-ministro Eugênio Aragão para auxiliar na administração da massa falida, ao custo de R$ 200 milhões.

O desembargador Márcio Roberto Tenório Albuquerque é um dos integrantes do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) que se manifestou desimpedido para julgar o caso da Laginha, evitando que o processo fosse remetido ao Supremo Tribunal Federal (STF).

ASSESSORIA



Defesa da juíza Emanuela Porangaba informou que vai recorrer da decisão do TJAL no Conselho Nacional de Justiça

Motta dá recado a ministro sobre gastos do Executivo

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O presidente da Câmara, Hugo Motta, criticou ontem (26) a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para algumas modalidades de transação. O IOF é um tributo federal cobrado sobre diversas operações que envolvem dinheiro, principalmente empréstimos e câmbio.

Em publicação na rede social, Motta afirmou que "o Estado não gera riqueza - consome". E que o Brasil "não precisa de mais um imposto", mas, sim, de "menos desperdício".

Em outro trecho da publicação, o presidente da Câmara frisou que "o Executivo não pode gastar sem freio e depois passar o volante para o Congresso segurar".

Esse foi o primeiro pronunciamento do presidente da Câmara desde que o governo anunciou as medidas sobre o IOF na última quinta-feira (22).

Na ocasião, o governo divulgou o aumento do IOF sobre uma série de operações de crédito, como parte de um pacote para impulsionar a arrecadação de impostos e tentar controlar o déficit nas contas públicas.

Parte do pacote previa a taxação de recursos enviados para investimentos no exterior. A medida foi cancelada no mesmo dia. O temor era de que fosse interpretada como uma tentativa de controlar a saída de recursos do Brasil.

Com o cancelamento, as contas ficaram ainda mais difíceis de fechar. E, por isso, o governo agora estuda como compensar essa mudança – com o corte de mais despesas ou o anúncio de novas medidas.

Haddad, inclusive, afirmou nesta segunda que o governo tem até o fim de semana para decidir como vai fazer essa compensação.

BLOQUEIO

O bloqueio anunciado inicialmente pelo governo federal no orçamento de 2025 foi de R$ 31,3 bilhões, um dos maiores dos últimos anos.

O valor foi limitado pelas regras do arcabouço fiscal, que estabelece que a despesa não pode crescer mais do que 2,5% ao ano (acima da inflação). Para atingir a meta fiscal, também prevê rombo zero, mas admite um déficit de até R$ 31 bilhões.

Com o cancelamento da taxação de recursos enviados para investimentos no exterior, o governo terá de anunciar um bloqueio adicional, cujo valor ainda não foi detalhado. Isso porque contava com o IOF sobre investimentos para fechar as contas.

Haddad também reconheceu que o aumento do IOF sobre o câmbio e operações de crédito das empresas aumentará o custo do crédito para a indústria – que teve o seu dia celebrado neste domingo (25).

Ele afirmou que o aumento dos juros básicos é outro fator que influencia o custo dos empréstimos ao setor produtivo.

"Quando aumenta a Selic, aumenta o custo do crédito. É igual. Quando aumenta a Selic, aumenta o custo de crédito e nem por isso os empresários deixam de entender a necessidade da medida", disse Haddad.

O ministro disse que o governo busca resolver os pontos fiscal e monetário o "quanto antes, para voltar a patamares adequados".

Governo aciona STF por desinformação em redes sociais

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ontem (26) que o Supremo Tribunal Federal (STF) imponha imediatamente medidas contra a disseminação de desinformação e a violência digital nas redes sociais. O pedido de urgência foi feito no âmbito de recurso que discute a responsabilidade civil das plataformas por conteúdos de terceiros.

O governo sustenta que há omissão sistemática das redes, que permitem a circulação de anúncios fraudulentos e conteúdos perigosos, mesmo após alertas públicos. A AGU cita, por exemplo, mais de 300 anúncios falsos no Facebook e Instagram sobre indenizações do INSS, além da venda de remédios sem aprovação da Anvisa e casos de mortes provocadas por desafios nas redes.

A petição solicita que o STF antecipe efeitos de trechos do voto do ministro Dias Toffoli, que propõe responsabilização civil de plataformas que moderam, recomendam ou impulsionam conteúdo ilegal - mesmo sem ordem judicial prévia. O voto também sugere um decálogo com deveres das plataformas, como transparência, autenticação de contas e canais de denúncia.

Segundo a AGU, as plataformas devem ser responsabilizadas solidariamente com anunciantes em casos de racismo, violência contra mulheres e crianças, incitação ao suicídio e uso indevido de inteligência artificial. Também pede que contas falsas e bots sejam coibidos com mais rigor.

DIVULGAÇÃO



Advocacia Geral da União quer responsabilização imediata de plataformas por impulsionar conteúdo ilegal

META SOB PRESSÃO

Entre os principais alvos está a empresa Meta, dona do Facebook e Instagram. A AGU anexou ao processo uma reportagem do Wall Street Journal revelando que 70% dos anunciantes recém-ativos na plataforma promovem golpes ou produtos ilegais. Segundo documentos internos da empresa, esses perfis podem cometer até 32 infrações antes de serem banidos.

A ação tenta acelerar um debate travado há anos no Congresso e que ainda divide o próprio Supremo. A Advocacia Geral da União nega que a proposta represente censura prévia e afirma que se trata de exigir responsabilidade e precaução diante dos riscos à segurança da população e à democracia.

Moradores das bordas querem mais escolas nos Flexais

Eles alegam que estão sofrendo com o apagamento do direito à educação das crianças e adolescentes

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

O Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) divulgou nota à imprensa cobrando mais atenção das autoridades com relação ao ensino público oferecido a crianças e adolescentes dos bairros atingidos pelo afundamento do solo, em Maceió. Na nota, a entidade alega que as reclamações são muitas e que cabe ao poder pública garantir o acesso dos moradores aos serviços educacionais gratuitos.

"Esses princípios têm sido sistematicamente violados nas comunidades dos Flexais, Quebradas, Marques de Abrantes e Bom Parto, em Maceió — regiões atingidas pelo maior crime socioambiental urbano em curso no mundo, causado pela Braskem", alegam o coordenador do MUVB, Cássio Araújo. Segundo ele, a clientela reclama a falta de professores, a deficiência do transporte escolar e falta de creches.

Segundo a diretoria do MUVB, "antes do crime da Braskem, essas regiões contavam com uma infraestrutura razoável de educação: somente na área dos Flexais existiam nove escolas, sendo cinco da rede pública". Na área total atingida pela subsidência do solo, a coordenação do Movimento relacionou cerca de dez unidades de ensino público, ligadas ao Estado e à prefeitura de Maceió, que foram fechadas na região.

"Essas unidades garantiam acesso à educação próxima à residência, sob acompanhamento familiar, em conformidade com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A retirada compulsória da população impôs ao Poder Público a necessidade de políticas compensatórias para assegurar a continuidade dos estudos. No entanto, o que se viu foi o inverso", argumentaram os integrantes do Movimento.

Segundo eles, por conta desse descaso, muitas crianças e jovens estão fora da sala de aula, em Maceió. "Há mais de quatro meses o transporte foi interrompido, e centenas de estudantes seguem sem acesso às escolas, privados do convívio escolar, da aprendizagem e do acolhimento proporcionado pela educação", reclamaram os integrantes do MUVB.

Eles disseram ainda que, para agravar a situação, em substituição ao conjunto de escolas que existia nos bairros destruídos, foi implantada apenas uma unidade educacional, de formato duvidoso e funcionamento parcial, limitada à função de creche.

"Essa nova unidade não representa minimamente a estrutura anterior, tampouco atende às necessidades das famílias trabalhadoras, nem às demandas de crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias", argumentaram. Acrescentando que a precariedade dessa estrutura é simbólica: representa a tentativa de "cumprir tabela" sem garantir, de fato, o direito à educação.

"O cenário se agrava ainda mais com a forma injusta como foram conduzidas as indenizações para os estudantes afetados", enfatizaram os dirigentes do MUVB.

No final do documento, os integrantes do MUVB alertam às autoridades públicas que a situação tem se revelado insustentável e exige ação imediata.

"As crianças e adolescentes não podem continuar fora da escola. Os adultos não podem seguir impedidos de circular. É urgente que a Braskem restabeleça o transporte escolar prometido e garanta também a mobilidade urbana para toda a população que ainda permanece nos territórios atingidos e para aquelas já realocadas — assegurando o direito de ir e vir, o acesso à cidade e a reconstrução da vida em condições dignas", concluíram os signatários do documento.

EDILSON OMENA



Comunidades atingidas pela mineração da Braskem querem garantia do acesso dos moradores aos serviços educacionais gratuitos

Prefeita lidera ação solidária após fortes chuvas na Barra de Santo Antônio

Em um sábado marcado por solidariedade, fé e presença, a prefeita de Barra de Santo Antônio, Lívia Carla, converteu uma grande mobilização social para atender as comunidades mais afetadas pelas fortes chuvas que atingiram o município nos últimos dias. A ação emergencial levou água potável, botijões de gás e cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo o essencial para quem mais precisa.

Com apoio de equipes da Prefeitura e voluntários, as primeiras remessas chegaram às comunidades de Caina, Carreira, Vila São Pedro, Sem Terras da Ilha, Beira da Lagoa e Granja. Segundo a prefeita, novas entregas ocorrerão ao longo da semana. "Seguimos firmes, com fé e responsabilidade. Ninguém ficará para trás", afirmou.

A iniciativa ganhou força não apenas pela logística eficiente, mas pela presença ativa da gestora municipal, que fez questão de acompanhar de perto cada etapa da distribuição.

"Foi um dia de glorificar a Deus pela missão que recebi: cuidar do meu povo com amor, dedicação e coragem. Em tempos difíceis, precisamos estar ainda mais próximos de quem sofre", declarou Lívia Carla, emocionada.

A prefeita também fez questão de agradecer aos que colaboraram com a ação. "Gratidão a todos os que se doaram nesta corrente de solidariedade. Que nunca nos falte disposição para servir nem amor para acolher", disse, citando a passagem bíblica de 1 Tessalonicenses 5:18 como inspiração: "Em tudo dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco."

A ação reforçar o posicionamento da gestão como uma liderança sensível, presente e comprometida com as necessidades reais da população. Em meio às propostas propostas, a prefeita demonstra, mais uma vez, que governar vai além da política: é um ato de cuidado humano.

ASSESSORIA



Prefeita acompanhou pessoalmente a entrega de água, alimentos e gás às famílias atingidas

ASCOM HOSPITAL DO CORAÇÃO



Sesau investe R$ 5,8 milhões em compra de equipamento

Hospital do Coração Alagoano com ressonância

Referência em cardiologia no Estado, o Hospital do Coração Alagoano, em Maceió, se destaca por oferecer um dos exames mais avançados para a avaliação de doenças cardíacas: a ressonância magnética. O equipamento, adquirido pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) por meio de um investimento de R$ 5.823.333,33, ampliou a capacidade de diagnóstico preciso, reduziu o tempo de espera por laudos e vem impactando diretamente a qualidade de vida dos pacientes.

A ressonância magnética instalada no Hospital do Coração Alagoano é um modelo de última geração, com alta resolução de imagem e capacidade para realizar exames não apenas cardíacos, mas também neurológicos, ortopédicos, abdominais, entre outros. Graças ao novo equipamento, atualmente são realizados entre 450 e 500 exames de ressonância magnética por mês na unidade hospitalar, tanto em pacientes internados quanto naqueles encaminhados pela Central Estadual de Regulação.

Para o secretário de Estado da Saúde, médico Gustavo Pontes de Miranda, o novo equipamento representa mais um investimento da Sesau na qualificação da assistência em saúde à população alagoana. "Além da estrutura física de primeiro mundo e dos profissionais altamente capacitados e comprometidos, a nova saúde pública de Alagoas conta com equipamentos de última geração, seguindo a determinação do governador Paulo Dantas de investir maciçamente na saúde para salvar vidas", frisou o gestor.

HUMANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

As pacientes Maria Lucineide Nascimento, de 42 anos, e Simone da Conceição, de 36, sentiram na prática os benefícios. Ambas realizaram o exame recentemente no Hospital do Coração Alagoano e destacaram a rapidez e o cuidado com que foram atendidas.

"Fiquei muito nervosa no começo, assustada mesmo, porque nunca tinha feito uma ressonância. Mas a equipe foi tão atenciosa que consegui realizar o exame com tranquilidade. Os profissionais são muito qualificados", relatou Lucineide.

Simone, por sua vez, relembra o sangramento e as dores causadas por um mioma. Vinda do interior do Estado, ela precisava do exame para a realização de uma cirurgia. "Fui muito bem tratada e me senti segura o tempo todo. Foi um alívio saber que, após esse exame, pude fazer a cirurgia, pois já não aguentava mais as dores e os sangramentos. Muitas vezes, cheguei a desmaiar e não conseguia trabalhar", contou.

TRIBUNA INDEPENDENTE

Endereço Comercial: Empresarial Humberto Lôbo
Av. Menino Marcelo - 9.350- Serraria
Maceió - Alagoas - CEP: 57.083.410
CNPJ: 08.951.056/0001 - 33

UM PRODUTO:
JORGRAF
Cooperativa dos Jornalistas e Gráficos do estado de alagoas



PRESIDENTE
José Paulo Gabriel dos Santos
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Flávio Peixoto
EDITOR GERAL
Ricardo Castro
DIRETORA COMERCIAL
Marilene Canuto

TELEFONE:
82.3316.5855

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DESTE JORNAL.

ANJ Associação Nacional de Jornais

Restituição e quitação de dívidas

Os brasileiros já sabem o que fazer com a restituição do Imposto de Renda, como revela pesquisa da Serasa: vão pagar contas. Pelo menos 25% dos contribuintes projetam usar o dinheiro a receber para pagar dívidas, 23% precisarão quitar contas básicas e 11% terão de resolver um débito que não estava previsto. Apenas 16% dos entrevistados vão conseguir poupar o valor a ser ressarcido e 14% pretendem investir.

Apesar de as declarações poderem ser entregues até o dia 30 de maio, o calendário de restituição se inicia neste mesmo dia para os chamados contribuintes com prioridade legal (com mais de 60 anos, pessoas com deficiência ou doença grave e educadores) que fizeram a declaração mais cedo.

Produzido pelo Instituto Opinion Box, o levantamento encomendado pela Serasa ouviu 1.973 consumidores de todas as regiões. Apesar de não ser novidade o uso da restituição para honrar compromissos financeiros, a pesquisa indica uma significativa alta no destino do dinheiro do leão para pagar contas: em anos anteriores, apenas 45% usaram o recurso para negociar pendências – contra os 67% que pretendem fazer esse uso agora.

Analisando todas as respostas dos contribuintes que têm imposto a ser restituído, percebe-se que 7% dos entrevistados projetam usar a devolução para cuidar da saúde e 6% conseguirão usar o dinheiro para compras ou viagens. Uma pequena parcela de 3% imagina usar o dinheiro ou parte dele para a reforma de seu imóvel e 2% já contam com o valor para contribuir num negócio próprio.

Especialista em educação financeira da Serasa, sugere que o Imposto de Renda faça parte do planejamento fixo do consumidor, não apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade anual de reorganizar as finanças.

O ideal é que o contribuinte se prepare desde o início do ano, guardando comprovantes e acompanhando as mudanças nas regras, por exemplo. Esses cuidados não só facilitam o processo, como também permitem inclusive aproveitar melhor uma eventual restituição – seja para sair do vermelho ou para começar uma reserva financeira, recomenda os especialistas.

Billo



De Bete Balanço a Odete Roitman



JOÃO PAULO ALLAIN TEIXEIRA
Professor na UNICAP e na UFPE

"O teu futuro é duvidoso
Eu vejo grana, eu vejo dor
No paraíso perigoso
Que a palma da tua mão mostrou"
(Cazuza Bete Balanço, 1984)
"Grande pátria desimportante
Em nenhum instante eu vou te trair
Não, não vou te trair"
(Cazuza, Brasil, 1987)

Entre a Bete Balanço da primeira metade dos anos 1980 e a Odete Roitman de 2025, o Brasil atravessa um ciclo profundo de transformações sociais, culturais e políticas. Ambas interpretadas pela atriz Débora Bloch em diferentes momentos da recente história brasileira, a primeira no cinema e a segunda na televisão, tornam-se o eixo simbólico desta análise, em que cada papel encarna aspectos de uma nação em mutação.

Lembro que na minha adolescência, vi nas telas do cinema Veneza, no Recife, o filme Bete Balanço (1984), de Lael Rodrigues (acompanhado do meu pai – o filme era classificado pela censura como impróprio para menores de 14 anos).

No filme, o personagem homônimo é uma jovem do interior de Minas Gerais que sonhava em conquistar o sucesso artístico no Rio de Janeiro.

Rebelde, idealista e impulsiva, ela representa a juventude brasileira do fim da ditadura militar — sedenta por liberdade, movida por sonhos e embalada pelo rock nacional emergente. Sua trajetória expressa os anseios de uma geração que via no futuro a realização da promessa de progresso democrático e emancipação individual e social.

Mesmo diante das adversidades como violência urbana, machismo no mercado fonográfico, etc. Bete acredita no futuro e na conquista de um lugar ao sol. Bete Balanço representa a ascensão de uma classe média urbana que fazia vibrar as universidades, a música, a arte e a cultura.

Tudo isso no contexto de uma grande ebulição social, movimentos de rua como a campanha pelas diretas culminando com a confirmação de uma institucionalidade definida pela promulgação da Constituição de 1988.

A Primeira versão de "Vale Tudo", novela de Gilberto Braga exibida em 1988, apresenta ao país Odete Roitman, personagem eternizado pela atriz Beatriz Segall, uma empresária fria, autoritária e insensível que detestava o Brasil, seu povo e seus modos de vida[1].

Em qualquer contexto, Odete é o símbolo de uma elite nacional cruel e opressora. No zeitgeist típico do fim da década de 80, Odete foi a vilã que o Brasil se acostumou a odiar, vindo a ser assassinada a tiros para delírio e catarse do público.

Nos anos seguintes, o país passaria pela ilusão da estabilidade econômica e frustrações recorrentes: inflação crônica, desigualdades persistentes, crises políticas e o impeachment de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto depois de mais de duas décadas de ditadura no país. Na sequência, Mensalão, Lava Jato, e o impeachment de Dilma Rousseff.

Quase quarenta anos depois, surge a releitura de Odete Roitman, agora reconstruída em 2025 por Manuela Dias em esforço de adaptação da trama aos novos tempos.

A nova Odete, interpretada pela mesma Débora Bloch que deu vida a Bete Balanço, vive em um Brasil onde a desigualdade foi agravada pelas novas formas de exclusão digital onde as lutas por igualdade de gênero, raça e renda ganharam protagonismo.

Essa Odete representa um Brasil pós-pandemia, fraturado politicamente, hiperconectado através das redes sociais, um país cujas contradições foram aprofundadas exponencialmente.

Ao mesmo tempo em que há avanços sociais visíveis — maior participação feminina em espaços de poder, políticas afirmativas, debates sobre justiça climática e indígena — há também um recrudescimento autoritário, uma resistência à diversidade e uma elite que se reconstrói com novos códigos, mantendo os velhos privilégios de sempre.

Surpreendentemente, em 2025 Odete caiu no gosto de setores significativos da sociedade brasileira sendo alçada à condição de "ícone pop", mesmo representando o pensamento de uma elite colonial, racista, entreguista e anti-nacional.

É que a complexidade da composição do personagem da nova Odete é apresentada como uma mulher empoderada, dona de si, estrategista e dominadora, trazendo também ao debate a contribuição de relevantes lutas pela emancipação feminina.

Assim, diante de uma sociedade de impaciente e ressentida, valores como honestidade, solidariedade, construção social, lutas coletivas, etc, talvez não tenham mais o mesmo poder de sedução que tinham há 37 anos.

No cenário de desencanto contemporâneo, acreditar no futuro e pensar em um desenvolvimento humano dentro das regras do jogo pode representar valores em baixa, daí a repulsa ao personagem Raquel, nesta versão interpretada por uma mulher negra, a atriz Taís Araújo.

Nas duas versões do folhetim, Raquel é a antagonista de Odete, representando a encarnação da honestidade e da lealdade, muitas vezes confundidas como mera ingenuidade.

Bete e Odete nos ajudam a contar a história de um país que procura caminhos para a mudança, mas muitas vezes anda em círculos. Suas personagens são janelas para o espírito de cada tempo: da esperança utópica à crueza distópica, do sonho de protagonismo popular ao ceticismo contemporâneo.

Mais do que personagens, Bete Balanço e Odete Roitman são metáforas vivas do Brasil. A primeira, uma semente de liberdade; a segunda, um espelho da elite nacional. Duas figuras — uma que corre atrás de um sonho e outra que zela por seus privilégios.

O Brasil de Bete Balanço a Odete Roitman é um país em disputa. Entre a utopia e o cinismo, entre o coletivismo e o individualismo, entre a esperança e o desencanto. As duas personagens são extremidades de uma narrativa nacional marcada por ciclos, rupturas e eternos recomeços.

[1] Dentre as frases emblemáticas proferidas por Odete Roitman: "Essa terra não tem jeito! Esse povo não vai pra frente. As pessoas aqui não trabalham! Só se fala em crise nesse país"; Um povo preguiçoso! Isso aqui é uma mistura de raças que não deu certo!"; "E eu que pensei que alguma coisa tinha mudado nesse país". Foi só botar o pé aqui que você começa a sentir esse calor horroroso, uma gente horrível no caminho, gente feia esperando ônibus caquéticos no ponto"; "Chinelo, chinelo… Que palavra horrível! Português é uma língua tão chinfrim."; "O lugar mais ao sul que uma pessoa civilizada pode ir é Milão."; "Eu gosto do Brasil. Acho lindo, uma beleza. Mas de longe, no cartão postal"; "O Brasil é um país de jecas. Ninguém aqui sabe usar talher de peixe."; "Nosso jantar é muito simplesinho. O primeiro prato é de uma simplicidade franciscana. Temos uma lagostazinha."; "A única solução para a violência é a pena de morte. Para ladrão e assaltante, cortar a mão em praça pública. E se cortasse a mão dessa gente, diminuiria o índice de violência nesse país. Não tenha dúvida."; "Roma é a cidade eterna, mas eu continuo preferindo Paris. Aliás, Paris é minha pátria, assim como é de todas as pessoas civilizadas."; Às vezes eu tenho a sensação que as pessoas não viajam, não aprendem, não vão a Paris. Aliás, não vão nem a Buenos Aires."; "Você acha que eu vou pegá-los no aeroporto? Eu acho a coisa mais jeca dar plantão em aeroporto. Eles até colocaram vidro para as pessoas não verem quem está chegando, mas mesmo assim as pessoas colocam o nariz no vidro, penduram criancinha pra dar 'tchau'. Eu vou mandar o chofer."

Nova América



LUIS PELLEGRINI
Jornalista

Antecipada pelo New York Times, a notícia acaba de ser confirmada pela Secretária de Segurança Interna do atual governo, Kristi Noem. Trata-se da mais recente "trumpada": A administração Trump impede Harvard, a mais antiga e uma das principais universidades norte-americanas, de admitir estudantes estrangeiros. Isso foi relatado pelo New York Times, citando uma notificação enviada à universidade: "Escrevo para informar que, com efeito imediato, a certificação do programa para estudantes e visitantes estrangeiros da Universidade de Harvard está revogada", escreveu Kristi Noem à Reitoria da Universidade.

Os estudantes internacionais que estão atualmente matriculados na Universidade de Harvard devem se transferir ou perderão seu status legal. É o que afirma o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, segundo a agência Bloomberg. A universidade criou um "ambiente inseguro" no campus, acrescenta esse Departamento.



A relação Trump -Harvard está em alta tensão há algumas semanas, desde que o presidente cortou financiamentos para a Universidade. O confronto chega agora aos tribunais e terminará diante de juízes. Harvard pede a eles que desbloqueiem mais de dois bilhões de dólares de financiamentos federais cancelados pelo presidente dos Estados Unidos como retaliação. Harvard não se curvou aos ditames de Trump.

A querela, na verdade, não é de hoje. Donald Trump e aliados republicanos frequentemente criticaram a Universidade Harvard e outras instituições de elite por motivos políticos e ideológicos. Quando ocorrem ameaças ou efetivos cortes de financiamento, geralmente são justificados pelos seguintes motivos:

1. Percepção de viés ideológico: Trump e muitos conservadores acusam Harvard - assim como outras universidades de elite - de promover uma visão de mundo progressista, liberal e "antiamericana". Eles alegam que tais instituições reprimem o pensamento conservador, limitam a liberdade de expressão e favorecem políticas identitárias que, segundo eles, minam valores tradicionais.

2. Respostas a protestos ou políticas universitárias: Pelo fato de Harvard e outras universidades apoiarem políticas de diversidade racial ou programas de ação afirmativa.

3. Por discursos considerados antissemitas ou radicais: Trump acusa Harvard de permitir ou não reprimir protestos contra o atual governo de Israel e pró-Palestina, o que tem acontecido com intensidade cada vez maior em várias instituições norte-americanas, incluindo Harvard.

Nas 51 páginas da denúncia impetrada por Harvard, Trump é acusado de ter tomado uma decisão "arbitrária" e "inconstitucional" com o objetivo de "punir Harvard por ter defendido seus direitos constitucionais". É o que relata o site americano The Harvard Crimson.

Para se defender, a administração Trump sustenta que a universidade não combateu o antissemitismo entre seus estudantes. E quer cortar mais um bilhão de dólares em fundos e contratos com a universidade, valor que se soma aos 2,2 bilhões já congelados na semana passada. A denúncia dá início a um histórico confronto legal, que vê o presidente acusado de querer atacar e demolir as instituições culturais que não se submeteram à sua vontade. Entre as condições que a administração havia imposto a Harvard, em uma carta que teria sido enviada por engano, estavam não apenas a ordem de entregar a lista dos nomes dos estudantes estrangeiros que participaram das manifestações pró-Gaza, mas também aceitar diretrizes sobre a gestão de alguns programas escolares, nos quais a "perspectiva conservadora" deveria ser valorizada.

Além disso, Trump havia solicitado que seus representantes pudessem verificar se as diretrizes seriam cumpridas. Mas Harvard é uma universidade privada e não aceitou ser colocada sob tutela. "O compromisso apresentado a Harvard e a outras universidades é claro – escreveram os advogados na denúncia – permitir que o governo administre detalhadamente sua instituição acadêmica ou colocar em risco a capacidade da instituição de perseguir descobertas médicas, científicas e soluções inovadoras".

Enquanto isso, o presidente da universidade, Alan Garber, em uma mensagem aos membros da comunidade universitária, apoiou a batalha legal: "Defendemos a verdade segundo a qual faculdades e universidades em todo o país podem respeitar e honrar suas obrigações legais e desempenhar da melhor maneira possível seu papel essencial na sociedade sem interferências indevidas por parte do governo".

Moraes pede inquérito contra Eduardo Bolsonaro

Deputado federal do PL será investigado por coação a autoridades brasileiras

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem (26/5) a instauração de inquérito contra o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para apurar a possível prática dos crimes de coação no curso do processo, obstrução de investigação de infração penal que envolva organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Na decisão, Moraes também determinou a quebra do sigilo dos autos.

A decisão atende a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que apontou uma série de manifestações públicas do parlamentar com tom intimidatório e suposto intento de influenciar negativamente o andamento de ações judiciais contra ele e contra seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. O despacho do ministro, assinado digitalmente, foi publicado no site oficial do STF.

Segundo a petição da PGR, desde o início do ano, Eduardo Bolsonaro vem afirmando, por meio das redes sociais e entrevistas à imprensa, que estaria mobilizando esforços junto ao governo dos Estados Unidos para a imposição de sanções contra ministros do Supremo, membros da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal. As sanções mencionadas incluiriam cassação de vistos, bloqueio de bens e proibição de relações comerciais com os EUA.

Para a PGR, tais declarações extrapolam o discurso político e assumem caráter intimidatório, ao sugerir represálias internacionais contra autoridades brasileiras. "A tentativa de submeter o funcionamento do Supremo Tribunal Federal ao crivo de outro Estado caracteriza atentado à soberania nacional", diz o parecer, que ainda menciona o artigo 359-I do Código Penal — que trata da negociação com governo estrangeiro para prática de atos hostis ao Brasil.

O ministro autorizou diligências solicitadas pelo Ministério Público, como o monitoramento das redes sociais de Eduardo Bolsonaro, oitivas dos deputados Lindbergh Farias (PT-RJ) e do próprio Eduardo, além de Jair Bolsonaro, apontado como financiador do filho nos Estados Unidos.

Em virtude de o deputado estar no exterior, Moraes autorizou que seus esclarecimentos sejam prestados por escrito e aceitou que a notificação seja feita inclusive por meios eletrônicos. O chanceler Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores, também foi oficiado para informar quais autoridades diplomáticas brasileiras nos EUA podem colaborar com as diligências.

Pedido de cassação

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou nesta segunda-feira (26) que vai acionar o Conselho de Ética da Casa para pedir a cassação do mandato de Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

"Nós também estamos entrando no Conselho de Ética, porque ele é deputado licenciado, mas ainda é deputado. Ele pediu licença em 20 de março, ele tem até 20 de julho como deputado licenciado. Um fato como este não pode passar sem que o Conselho de Ética se pronuncie", afirmou Lindbergh.

ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Acusado de atentado contra a soberania nacional, Eduardo Bolsonaro será investigado

ROBERTA D'ALBUQUERQUE



roberta@caverdadeeque.com.br

Ferramentas/Ortografia

"Bom dia, Roberta. Uma dúvida aqui: análise cura mau-olhado?" Começava assim a mensagem que recebi sexta-feira no e-mail do consultório. E seguia explicando "Veja, não é papo de ´ai, porque os invejosos então me rogando praga´e essas coisas. É um auto-mau-olhado. E é tão forte, tão eficiente, que tô aqui lhe escrevendo e usando 3 hífens na mesma palavra. Sendo que me prometi que não cometeria nenhum erro de português porque sigo uma mulher insuportável no Instagram que só fala de erro de português. Percebe o efeito imediato do auto-mau-olhado? Faço o que não quero o tempo todo. Busco uma cura em no máximo 1 mês, que é o tempo que tenho pra me dedicar a isso". Nessa hora eu dei Google pra saber se dava pra ter 3 hífens na mesma palavra numa distração 100% pisciana de quem esquece da existência do bem-me-quer e do mal-me-quer. Dá sim. E auto-mau-olhado leva hífen mesmo. Tá certo.

Ele continuava. "Olha, se quiser publicar minha pergunta, publique. Mas pelo menos aproveite pra responder. E que fique registrado que já peguei ´há´ sem ´H´ nos seus textos mais de uma vez, assim como falta de acento grave, só pra gente ficar na mesma página". Ui. Não é que eu esteja 100% em dia com o Aurélio Buarque de Holanda, muito menos com o novo acordo ortográfico, mas juro que passo corretor. E depois pro há de haver, canto a música do Gil quando fico na dúvida: "Não há o que perdoar, por isso mesmo é que há de haver mais compaixão. Quem poderá fazer aquele amor morrer se o amor é como um grão". De qualquer forma, perdão, minha gente.

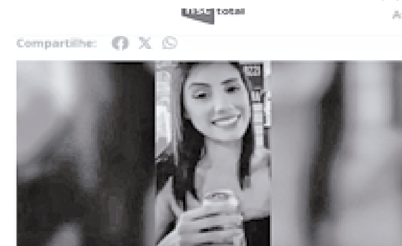
"Enfim, cura ou não cura? Um mês no máximo. Se curar, quero marcar uma entrevista. Se não, favor desconsiderar à mensagem". Não é por nada não, mas esse acento aí tá sobrando. E digo isso numa concordância absoluta com o remetente do e-mail porque também acho aquela moça do Instagram insuportável. Respondo aqui: vê, análise não é unha de gel. Não tem prazo de duração pré-determinado. Agora, essa coisa do auto-mau-olhado me interessou perdidamente e acho que ela está mais ligada ao bem-me-quer, mal-me-quer do que pensam os hífens todos. Eu digo que venha. Mas digo também que análise é feito um grão, igualzinho na música. Às vezes um tanto de coisa tem que morrer pra germinar. Venha que cabem os excessos, as faltas e os tropeços que aparecerem nessa "caminhadura". Amei o e-mail e sigo pensando sobre ele. Boa semana, queridos.

Empresário chora nos EUA e pede socorro

O empresário Esdras Jônatas dos Santos, investigado por financiar e organizar os atos golpistas de 8 de janeiro, reapareceu nas redes sociais em um vídeo em que chora e faz um apelo desesperado a Eduardo Bolsonaro, alegando estar sendo perseguido nos Estados Unidos. Foragido desde que deixou o Brasil, Esdras vive atualmente em Fort Lauderdale, na Flórida, ao lado da ex-esposa, Kathy Le Thi Thanh My dos Santos.

Desde que fugiu do Brasil, Esdras relatou dificuldades financeiras. Tentou vender um Porsche avaliado em R$ 400 mil para se manter nos Estados Unidos e, em outro momento, afirmou que precisou comer lixo para sobreviver.Antes de se tornar foragido, Esdras era presença frequente nos acampamentos bolsonaristas, onde gravava vídeos convocando manifestantes e atacando agentes públicos. Segundo as autoridades, ele foi um dos organizadores do acampamento montado em frente ao 4º Comando do Exército, em Belo Horizonte, com o objetivo de obter apoio militar para o ex-presidente Jair Bolsonaro. Na ocasião, após o acampamento ser desmontado pelas forças de segurança, Esdras foi visto chorando e acabou acusado de agredir e roubar jornalistas que faziamAntes de se tornar alvo da Justiça, ostentava uma vida marcada por viagens internacionais a destinos como Miami, Tulum, Paris, Trancoso e Rio de Janeiro, além de publicar vídeos ofensivos contra servidores públicos e autoridades.

REPRODUÇÃO



Compartilhe:

(Foto: Redes sociais, Reprodução)

Cristiane da Silva, de 33 anos, foi deportada dos Estados Unidos no último fim de semana. De acordo com a Polícia Federal do Ceará, a moradora de Balneário Camboriú desembarcou no aeroporto de Fortaleza no sábado (24) e foi levada para uma unidade prisional. Ela é uma das condenadas dos ataques do 8 de janeiro de 2023 e era

Bolsonarista tentou proteção de Trump e voltou deportada

JULGAMENTO

Ministro alerta testemunhas a evitar opiniões pessoais

Ao iniciar os depoimentos de ontem (26) na ação penal que apura uma tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes alertou as testemunhas que evitem dar interpretações e opiniões pessoais, devendo se "ater aos fatos". A fala ocorreu após o embate que ele teve com o ex-ministro da Defesa Aldo Rebelo, no depoimento do último dia 23, quando Moraes ameaçou prendê-lo por desacato.

"As testemunhas, salvo, obviamente, quando arroladas como perito técnico, as testemunhas, elas não devem dar suas interpretações pessoais, suas opiniões pessoais: 'Eu acho que', 'Eu vi que', 'Talvez fosse'. Então, para evitarmos a necessidade de interrupções, é solícito tanto à Procuradora-Geral quanto a todas as defesas que permaneçamos na análise dos fatos", comentou.

Rebelo foi repreendido por Moraes depois de ser questionado sobre uma declaração atribuída a um militar de que o ex-comandante da Marinha Almir Garnier teria colocado as tropas da força à disposição do ex-presidente Jair Bolsonaro para um eventual golpe de Estado.

Segundo Rebelo, a suposta fala de Garnier teria sido "força de expressão" e não poderia ser levada a sério. "É preciso levar em conta que, na língua portuguesa, nós conhecemos aquilo que se usa muitas vezes, que é a força da expressão. A força da expressão nunca pode ser tomada literalmente", comentou. Na sequência, Moraes perguntou se Rebelo estava presente na reunião em que Garnier teria feito a afirmação. Rebelo negou, e então o ministro do STF disse que já que não estava presente, ele não poderia avaliar a língua portuguesa do almirante. "Atenha-se aos fatos", completou.

DIVULGAÇÃO



Ex-ministro Aldo Rebelo foi chamado a atenção por Moraes

EFEITO BUMERANGUE

Bolsonarista fugitiva do 8 de Janeiro é deportada dos EUA

A saga da bolsonarista do 8 de Janeiro, que percorreu meio continente para fugir da Justiça brasileira, terminou como era de se esperar: deportada e algemada.

Cristiane de Silva, 33 anos, pousou em Fortaleza no sábado, 24 de maio, escoltada pelas autoridades brasileiras, após meses foragida nos Estados Unidos. Ela participou dos atos golpistas que vandalizaram Brasília em 8 de janeiro de 2023 e fugiu do Brasil com a ambição de escapar impune — como tantos cúmplices do bolsonarismo ainda tentam.

Sua prisão em El Paso, no Texas, ocorreu em 21 de janeiro de 2025, um dia após a posse de Donald Trump, que prometeu, mais uma vez, "fechar as fronteiras" com sua retórica xenófoba de sempre.

A ironia é gritante: os mesmos que gritam "fechem tudo" nas redes sociais viram as portas se fecharem para si.

Literalmente

Natural de Balneário Camboriú (SC), Cristiane de Silva foi presa originalmente em 9 de janeiro de 2023, no QG do Exército em Brasília, local que serviu de acampamento golpista e incubadora de delírios fascistas. Ela logo foi liberada, mas passou a ser investigada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que a condenou a um ano de prisão por associação criminosa.

Sua pena, porém, foi convertida em prestação de serviços comunitários, pagamento de multa e participação em curso sobre democracia — o que, convenhamos, seria o mínimo para alguém que ajudou a rasgar a Constituição. Em vez disso, Cristiane escolheu o exílio. Argentina, Peru, Colômbia, Panamá e México foram parte do itinerário da fuga, antes da prisão definitiva nos EUA.

CRB perde para o Botafogo-SP e termina rodada fora do G-4

Derrota por 2 x 1 quebra sequência de seis jogos sem perder na competição

JÚNIOR DE MELO
EDITOR DE ESPORTES

Pela 9ª rodada da Série B, o CRB perdeu para o Botafogo-SP por 2 x 1, na Arena NicNet. Os gols foram marcados por Higor Meritão, para o Galo, e Alexandre Jesus e Jonathan Cafu, para o Tricolor. Com o resultado, o Alvirrubro volta a se distanciar do G-4 e quebra sequência de seis jogos sem perder. O jogo foi de certa forma equilibrado, considerando que os dois times conseguiram levar perigo, mesmo com muita dificuldade, e se defenderam bem, de maneira geral. O Botafogo-SP foi o retrato da tônica de que toda oportunidade evidente de gol precisa ser convertida. O time teve dois momentos relâmpados nos segundos iniciais das duas etapas e alterou o placar. Ao contrário do CRB, que bobeou na defesa nesses momentos específicos e precisou correr atrás para reverter o resultado. Mas sentiu muita dificuldade de se desvencilhar da defesa Tricolor e chutou pouquíssimo na primeira etapa. Na segunda foi diferente, com as mudanças de Barroca, o time conseguiu acordar, apesar do gol levado, para pressionar e arriscar chutes, mas faltou eficiência.

O Galo volta para casa para enfrentar o Remo, no domingo (1º), às 18h, no Estádio Rei Pelé. Já o Tricolor terá um jogo importante contra a Ferroviária, na quinta-feira (29), às 21h30, na Fonte Luminosa.

FRANCISCO CEDRIM-CRB



Gol aos 38 segundos do 1º tempo desequilibrou desempenho da equipe regatiana na derrota para o Botafogo-SP

O árbitro mal tinha apitado o início da partida quando o Botafogo-SP conseguiu encontrar o gol. Em uma descida pelo lado esquerdo, Risso cruzou para Alexandre Jesus subir mais alto que o marcador e cabecear muito bem. A frente do placar, a Pantera decidiu se fechar de vez nas investidas do CRB e foi feliz. Seguindo a mesma tônica da primeira etapa, a volta do intervalo foi de mais um gol relâmpago do Botafogo-SP. Em uma jogada rápida, e na bobeada da defesa alvirrubra, Alexandre Jesus recebeu e chutou para Matheus Albino defender. No rebote, Jonathan Cafu só precisou completar para o fundo das redes. O CRB conseguiu diminuir na bola parada, com Danielzinho cobrando escanteio e a bola desviando em Rafinha e sobrando paraMeritão chutar de qualquer jeito.

LABIRINTITE

Lula tem indisposição, vai para hospital e é diagnosticado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se sentiu indisposto nesta segunda-feira (26/5) e foi atendido no Hospital Sírio-Libanês, unidade Brasília. De acordo com o Boletim Médico, Lula apresentou um quadro de vertigem, sendo diagnosticado com labirintite. Após a avaliação médica, Lula retornou ao Palácio da Alvorada, onde deve permanecer em repouso, conforme orientação clínica.

Lula almoçou e por volta das 14h30 e 15h ele sentiu uma tontura, sendo atendido pela médica do Palácio do Planalto, que achou melhor encaminhá-lo para o Sírio-Libanês, onde permaneceu por duas horas, realizando uma bateria de exames de sangue e imagem, que não indicaram alterações significativas. O presidente tinha agenda com os ministros ministros Fernando Haddad, Rui Costa e Esther Dweck ao longo da tarde, que precisou ser desmarcada após a indisposição. Após a avaliação médica, Lula retornou ao Palácio da Alvorada, onde deve permanecer em repouso, conforme orientação clínica. A equipe médica que acompanha o presidente é liderada pelo cardiologista e amigo pessoal, Roberto Kalil Filho e pela Dra. Ana Helena Germoglis. Também assinam a nota médica o diretor de Governança Clínica do hospital, Dr. Rafael Gadia, e a diretora clínica, Dra. Luiza Dib.

Apesar do diagnóstico, o estado de saúde do presidente é considerado estável.

RICARDO STUCKERT / PR



Chefe do Executivo foi submetido a uma bateria de exames de sangue

TEM JEITO!

Neta furta R$ 200 mil do avô e coloca a culpa no Lula

Uma mulher de 35 anos é suspeita de desviar cerca de R$ 200 mil de contas bancárias do próprio avô em Ponta Grossa, nos Campos Gerais do Paraná. Segundo o delegado Gabriel Munhoz, os valores eram provenientes da aposentadoria mensal que o idoso de 87 anos recebe e de um precatório (dívida paga após processo judicial).

"O inquérito revela que a suspeita entregava apenas parte do valor da aposentadoria ao idoso, alegando que o restante estava guardado. Quando questionada sobre o décimo terceiro salário pelo idoso, afirmava que 'o Lula tinha cortado', evidenciando seu dolo e desprezo pelo avô", afirma Munhoz.

De acordo com o responsável pela investigação, a neta também realizava empréstimos e abria contas no nome do avô sem a autorização dele e chegou a criar uma personagem fictícia, que se apresentava como funcionária da Caixa Econômica, para enganar o idoso. Saiba mais abaixo.

O delegado explica que a mulher foi responsável por cuidar das finanças do idoso por anos, e as fraudes só vieram à tona após o filho da vítima descobrir que o Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) do carro do idoso estava atrasado havia três anos, mesmo após o idoso ter entregado dinheiro à neta para o pagamento.

Munhoz também conta que a mulher não trabalha e usava o dinheiro desviado do avô para se sustentar.





Galpão: MPs e polícia apuram morte

Vítima estava de folga e fazia um "extra"; área onde aconteceu o acidente é de preservação, segundo Plano Diretor

VALDETE CALHEIROS
COLABORADORA

O Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT) informou que vai investigar as circunstâncias do desabamento de um galpão, no último sábado (24), no bairro do Jaraguá, ocasionando na morte de Wilton Albuquerque Costa, de 60 anos, que realizava um serviço no local.

Wilton estava de folga do seu emprego fixo quando foi chamado por um amigo para fazer um extra em uma demolição que ocorria no local do galpão. Além dele, mais cinco pessoas trabalhavam no momento do desabamento.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) afirmou, por meio de nota, que vai investigar as circunstâncias do desabamento do galpão.

Wilton deixou outros do, que deixou mais dois feridos.

Ontem, o Hospital Geral do Estado informou que os feridos, dois homens de 46 e 48 anos, seguem internados, com estado de saúde considerado estável.

De acordo com o MPT, a denúncia foi protocolada na manhã de ontem, dia 26, a partir de notícias veiculadas pela imprensa. "O objetivo do MPT também é apurar as responsabilidades pelo acidente e pela morte do trabalhador", disse a nota.

O 2º Distrito da Polícia Civil também irá investigar as causas do desabamento. Também será feita uma perícia técnica pela Polícia Científica.

Vídeos que circulam na internet mostram o resgate dramático do trabalhador soterrado no desabamento do galpão. O socorro foi feito por voluntários e agentes do Programa Ronda no Bairro.

O Corpo de Bombeiros mobilizou 24 militares e seis viaturas para a ocorrência. As imagens foram captadas por uma câmera de videomonitoramento da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (SSP-AL).

Wilton Albuquerque Costa chegou a ser socorrido e levado para o HGE, onde faleceu no último domingo, dia 25.

A obra do galpão que desabou no Jaraguá não tinha autorização para estar sendo realizada. Foi o que disse a Semurb – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Segundo a Semurb, a construção foi autuada e teve sua execução suspensa no final de abril por ausência das licenças exigidas. A Semurb destacou ainda que tanto o pedido de demolição quanto a solicitação para construção seguem em tramitação interna e nenhuma das atividades possuía permissão legal para ser executada no local.

O desabamento ocorreu em uma área conhecida como Estacionamento do Jaraguá. As vítimas foram resgatadas com vida e levadas ao Hospital Geral do Estado (HGE), mas uma delas, anos, não resistiu aos ferimentos e morreu no hospital. As outras quatro seguem internadas, em estado de saúde considerado estável.

De acordo com testemunhas, cinco pessoas trabalhavam no local realizando um destelhamento do galpão quando a estrutura cedeu.

A área do acidente está localizada em um Setor de Preservação Rigorosa (SPR), segundo o Plano Diretor de Maceió, e requer análise criteriosa do Setor de Patrimônio Histórico para qualquer intervenção, o que reforça a gravidade da realização da obra sem autorização.

Wilton Alburquerque Costa, de 60 anos, estava de folga quando foi chamado por um amigo para fazer um "bico" em uma demolição que ocorria no local. Ele e mais cinco amigos estavam prestando serviços para uma empresa e, no momento em que realizavam o destelhamento do galpão, a estrutura teria cedido.

REPRODUÇÃO



Galpão desabou causando morte de trabalhador, em Jaraguá

IMA reforça atuação na conservação dos manguezais

O Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) participou, nesta semana, da Oficina Regional Nordeste do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil (ProManguezal). O evento ocorreu nos dias 21 e 22 de maio, em Natal (RN), sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), reunindo cerca de 40 representantes de órgãos governamentais, academia, organizações da sociedade civil e povos e comunidades tradicionais.

Alagoas foi representado pelo gerente de Unidades de Conservação do IMA, Alex Nazário, que destacou a relevância do encontro para o fortalecimento das ações estaduais e para a troca de experiências com outros atores da região.

"A participação no evento foi muito rica, pois permitiu repassar informações sobre o ecossistema costeiro-marinho em Alagoas, que possui uma biodiversidade expressiva. Além disso, em nosso estado temos o projeto Pró-Manguezais, capitaneado pelo Ministério Público Federal e Estadual, em parceria com o Ibama, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), universidades, ONGs ambientais, municípios que integram a Lagoa do Roteiro e o Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba — atualmente Roteiro, Barra de São Miguel e Marechal Deodoro —, além do próprio IMA", afirmou.

O ProManguezal, criado em junho de 2024, visa orientar os esforços do Governo Federal para a conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos dos manguezais brasileiros. Esses ecossistemas desempenham funções essenciais, como a mitigação da erosão costeira, a proteção contra inundações e o sequestro de carbono, atuando como barreiras naturais no enfrentamento à crise climática.

Na região Nordeste, os manguezais sofrem com altos índices de fragmentação: cerca de 40% da cobertura original foi suprimida, segundo dados apresentados na oficina. Entre os principais vetores de degradação estão as atividades de aquicultura.

REPRODUÇÃO



Programa Manguezal visa orientar esforços e fortalecer ações

MARITUBA

Conselho de APA retoma atividades

O Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) coordenou, em reunião, a retomada das atividades do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Marituba do Peixe, que abrange partes dos municípios de Piaçabuçu, Feliz Deserto e Penedo. O encontro aconteceu na quinta-feira (22) e reuniu representantes do poder público, instituições acadêmicas, sociedade civil e moradores da região.

Sob a condução do gestor da APA, o engenheiro agrônomo Clayton Silva, a reunião teve como um dos principais temas a necessidade de revisão do plano de manejo, em vigor desde 2006.

Na ocasião, os participantes fizeram um mapeamento participativo e identificaram áreas críticas, como zonas de extrativismo e produção ilegal de carvão, além de regiões com relevância ecológica. "A atualização do plano é fundamental para uma gestão mais eficiente e alinhada com os desafios atuais", destacou Clayton.

Representante da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o professor Kim Barão também esteve na reunião e ressaltou a im"A APA é uma região de laboratório natural para os estudos da instituição. Fazemos estudos sobre a sociobiodiversidade, que é a relação entre os humanos com a natureza, como nós a exploramos e podemos crescer junto com ela", explicou Kim.

A parceria com os municípios foi enfatizada. Para o secretário de Meio Ambiente de Piaçabuçu, Ariqueides Castro, a reativação do conselho representa um avanço para a região. "É fundamental que o conselho esteja mais presente, promovendo capacitações e ações diretas nas comunidades. Piaçabuçu continuará apoiando esse trabalho",

Fraldas geriátricas estão disponíveis gratuitamente

DIVULGAÇÃO



Público prioritário 50 + pode retirar o produto mediante a apresentação de documento oficial

A Secretaria de Saúde de Maceió informa que pessoas com deficiência e usuários com 60 anos ou mais que necessitam de fraldas geriátricas devido a condições de saúde, agora podem retirar o insumo, de forma gratuita, nas farmácias credenciadas que possuem o selo "Farmácia Popular". A iniciativa é do Ministério da Saúde e visa facilitar o acesso desse público ao insumo.

Para ter acesso às fraldas é preciso de documento oficial com foto e CPF e prescrição médica válida (podendo ser emitida por profissionais do SUS ou particulares), com: 1) Identificação do tamanho da fralda; 2) Laudo ou atestado médico indicando a necessidade do uso de fraldas geriátricas, incluindo o CID (Classificação Internacional de Doenças) correspondente.

Se o usuário não puder se deslocar a uma das farmácias pessoalmente, essa retirada pode ser feita por um representante legal ou procurador, que deve apresentar: 1) Documento do paciente (documento oficial com foto e CPF); 2) Documentação do representante (documento oficial com foto e CPF) e 3) Procuração ou documento legal

Segundo o secretário de Saúde de Maceió, Claydson Moura, o programa do Ministério representa um avanço quanto ao acesso a esses insumos, mas que Maceió continua distribuindo as fraldas para todos os outros públicos que não se encaixam no programa. "Continuaremos cumprindo nosso papel e todas as outras pessoas que não estão dentro dos critérios para essa retirada e aqueles que já recebiam as fraldas, como os usuários do programa Remédio em Casa, continuam recebendo esses insumos do Município", explica.

Conforme as diretrizes do Programa Farmácia Popular, são permitidas 40 fraldas a cada 10 dias, conforme a necessidade do paciente. As fraldas podem ser retiradas nas farmácias credenciadas (cerca de 70 unidades), distribuídas pelos Distritos Sanitários.

O município de Maceió conOtinuará atendendo os pacientes não contemplados pela Farmácia Popular do Brasil, através do fluxo já estabelecido pelo Protocolo de Incontinência Urinária e Fecal.

Desta forma, a SMS propõe alguns passos para a transição dos pacientes que recebem as fraldas pela FARMAC, para a Farmácia Popular do Brasil (FPB), que são contemplados pela distribuição gratuita de fraldas, assim como de pacientes novos interessados em receber as fraldas descartáveis geriátricas, com início do processo em 19 de maio de 2025.

Eufrázio

CIDADES EM FOCO



ROBERTO BAIA
robertobaia9981@gmail.com

Possíveis irregularidades



O Ministério Público Eleitoral, sob responsabilidade do promotor **Dênis Guimarães**, abriu um procedimento para investigar possíveis irregularidades no uso de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) por uma vereadora eleita em Piranhas nas eleições de 2024. A investigação foi motivada por inconsistências encontradas na prestação de contas da candidata.

FALTAM DOCUMENTOS

A suspeita principal é que quase todo o valor recebido, cerca de R$ 14.983,00, tenha sido destinado a uma única empresa de comunicação visual, sem comprovação adequada da prestação dos serviços. Além disso, faltam documentos que comprovem o controle da tiragem dos materiais e a origem de supostas doações.

INVESTIGAÇÃO

A empresa envolvida também está sob investigação por não fornecer todas as informações solicitadas. A vereadora será notificada para prestar esclarecimentos, e o Ministério Público continuará acompanhando o caso para decidir os próximos passos após as diligências iniciais.

SÃO LUÍS DO QUITUNDE

A Prefeitura de São Luís do Quitunde confirmou que as aulas da Rede Municipal de Ensino serão retomadas nesta quarta-feira, 28. As atividades estavam suspensas desde o dia 20, em razão dos estragos causados pelas fortes chuvas que atingiram o município, afetando principalmente a região central da cidade.

ABRIGOS TEMPORÁRIOS

Durante esse período, diversas escolas foram utilizadas como abrigos temporários para acolher as famílias desalojadas e desabrigadas pelas enchentes. Ao todo, cerca de 2 mil pessoas foram afetadas, segundo dados da Defesa Civil. A extensão da suspensão teve como objetivo garantir a segurança da comunidade escolar e permitir a reorganização das unidades de ensino.

RETORNO SEGURO

Em nota oficial, a gestão municipal reafirmou seu compromisso com a educação e agradeceu a compreensão de pais, alunos e servidores. A Prefeitura segue atuando para restabelecer a normalidade e garantir um retorno seguro e organizado às aulas.

CRISE HABITACIONAL

A comunidade indígena Wassu Cocal, localizada no município de Joaquim Gomes, enfrenta uma grave crise habitacional. Mais de 80 famílias vivem em casas de taipa, com estruturas frágeis e sem acesso a serviços básicos como água tratada, saneamento e energia elétrica. As recentes chuvas intensificaram o risco de desabamentos, agravando ainda mais a situação das moradias.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA

Diante desse cenário, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) emitiram uma recomendação conjunta cobrando medidas urgentes por parte do município, com apoio do Estado e da União. A recomendação inclui a construção de moradias adequadas por meio de programas habitacionais e ações emergenciais, como abrigos provisórios e auxílio-moradia. Também foi solicitado o acompanhamento da situação por parte da FUNAI e do DSEI/AL.

MORADIA DIGNA

As autoridades federais reforçam que o direito à moradia digna é garantido pela Constituição e por tratados internacionais. O caso dos Wassu Cocal é visto como uma questão de justiça social e reparação histórica. A prefeitura tem até 30 dias para apresentar um plano de ação e 15 dias para responder formalmente com as providências adotadas.

• • • • • • • • • • • •

… O Tribunal de Justiça de Alagoas realiza, nesta quarta-feira (28), em Arapiraca, o 2º Encontro Regional de Adoção.

… A programação inclui atendimento ao público, curso para pretendentes à adoção, palestras e lançamento de projetos.

… A abertura oficial ocorre ao meio-dia, com a presença de autoridades. À noite, será lançado o projeto "Esperando por um Lar" e haverá um bate-papo com estudantes sobre adoção e os direitos da criança e do adolescente.

"Não lembro; sei que ouvi vozes", diz suspeito

Homem usa tesoura para matar ex-companheira e enteada no Tabuleiro; ele teve a prisão preventiva decretada

VALDETE CALHEIROSA
COLABORADORA

O assassino confesso de Iara Vicente da Silva, 28 anos, e de sua filha, Hillary Janiele Vicente da Silva, de apenas um ano e 11 meses de idade, Ivaldo dos Santos Felizardo, 35 anos, se encontra sob custódia da Polícia Civil e à disposição da Justiça. Mãe e filha foram encontradas mortas dentro de casa, a tesoouradas, na madrugada do último domingo, 25, em uma região conhecida como "Campo da Cerâmica", no bairro do Tabuleiro dos Martins, em Maceió.

Ontem, Ivaldo dos Santos Felizardo passou por audiência de custódia e teve a prisão em flagrante convertida em preventiva.

O assassino confesso é ex-companheiro da vítima. Eles se relacionavam há cerca de quatro meses. O caso será investigado pela Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) de Maceió.

Em sua confissão à Polícia, o homem disse que teria reagido após ver mensagens da companheira com o ex-marido. "Sou uma pessoa gente boa. Entrou alguma coisa dentro de mim. Juro para você. Eu gosto de criança. Eu amava a minha mulher e a pequeneninha. Nós estávamos bebendo, usando drogas", contou o homem, em um vídeo gravado no momento da prisão. Ele disse à polícia que "entrou alguma coisa" nele no momento do crime.

Ele também declarou que não se recorda dos detalhes do que aconteceu e diz ter ouvido vozes. "Eu só lembro que eu empurrei ela, depois que vi umas mensagens dele para o ex-esposo", falou o assassino confesso, depois de ter sido localizado e preso. Ele foi localizado pelas polícias Civil e Militar, no bairro do Feitosa, poucas horas após o duplo homicídio, após uma denúncia feita pelo Disque Denúncia 181.

CONFISSÃO

"O assassino justificou que teria reagido após ver mensagens da companheira com o ex-marido. "Sou uma pessoa gente boa. Entrou alguma coisa dentro de mim. Juro para vocês; Eu gosto de criança. Eu amava a minha mulher e a pequenininha", disse o suspeito à polícia

De acordo com o delegado Emanuel Rodrigues, da Unidade de Atendimento de Local de Crime 1 (UALC 1), da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), a mãe foi encontrada morta sobre a cama, enquanto a criança estava no sofá do mesmo quarto.

"A princípio, junto com a Criminalística, foram recolhidas duas facas, uma tesoura – com o cabo entortado devido à violência dos golpes – e uma chave de fenda. Provavelmente, esses foram os quatro instrumentos usados para causar a morte da mãe e da filha", explicou o delegado.

"Ele foi enquadrado pelo crime de feminicídio, no caso da companheira, e por homicídio qualificado, no caso da criança", afirmou Emanuel Rodrigues.

REPRODUÇÃO



Iara Vicente e sua filha, de um ano e 11 meses, foram assassinadas por Ivaldo Felizardo, de 35 anos

ASCOM MPAL



Audiência pública, com a presença do MP e da população, ocorreu no município de Jacaré dos Homens

MP debate enfrentamento ao feminicídio com instituições e população de municípios do Sertão

Debater o feminicídio é importante por diversas razões, que envolvem não apenas a conscientização social, mas também a formulação de políticas públicas e a transformação de padrões culturais enraizados. E foi esse objetivo que o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) promoveu, nesta sexta-feira (23), mais uma audiência pública do "MPAL de Mãos Unidas contra o Feminicídio", evento que reuniu promotores de Justiça, representantes da rede de proteção e sociedade civil organizada. A audiência pública ocorreu no município de Jacaré dos Homens.

"Estamos aqui para discutir o fortalecimento da rede de proteção à mulher, que, para ter efetividade em seu funcionamento, precisa da criação de órgãos especializados para atendimento e acolhimento. Também é fundamental o fomento à participação social e a execução de políticas públicas, como a criação das Secretarias da Mulher, dos Conselhos da Mulher e dos grupos reflexivos com autores de violência doméstica e familiar aqui, na região da bacia leiteira do estado de Alagoas. Tudo isso irá contribuir para transformar essa cultura que naturaliza a violência contra a mulher", explicou Ariadne Dantas.

"Explicamos detalhes sobre como se configura o crime de feminicídio e justificamos o porquê do MP estar trabalhando essa temática, uma vez que somos o órgão fiscal da lei e proteção à vida, e viemos colher sugestões e críticas dos cidadãos interessados na temática. É preciso esse engajamento coletivo para que o enfrentamento ocorra de maneira a colher resultados positivos à sociedade", pontuou Mirya Ferro.

Sobre o combate ocorrer dessa forma coletiva, o diretor do CAOP ressaltou que é uma mudança de comportamento necessária:

ÂNGULO GERAL



EDMILSON TEIXEIRA
etjornalista@gmail.com

ARRUMAÇÃO

Olha só! A gente sabe que o sistema de Previdência Social no Brasil enfrenta dificuldades por causa do rápido envelhecimento da população. Um estudo do Banco Mundial aponta que, se não houver mudanças, a idade mínima para aposentadoria pode chegar a 72 anos em 2040 e 78 anos em 2060. Isso ocorre porque há cada vez menos pessoas em idade de trabalhar e mais aposentados, o que desequilibra o sistema.

DADOS RECENTES

A reforma da Previdência de 2019 fixou a idade mínima em 65 anos para homens e 62 para mulheres, mas essas medidas não são suficientes. Apenas parte dos trabalhadores contribui com o sistema, o que compromete sua sustentabilidade. O Banco Mundial propõe outras ações, como unificar regras entre homens e mulheres, entre trabalhadores urbanos e rurais, e revisar normas de pensão.

FACILIDADE

Em Alagoas, 88 agências dos Correios passarão a oferecer atendimento a vítimas de fraudes e descontos indevidos relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em todo o país, segundo o Ministério da Previdência Social, 4.730 agências serão mobilizadas, abrangendo 66% dos municípios brasileiros.

OUTRO MEIO

Além do atendimento presencial, os cidadãos continuam podendo acessar os mesmos serviços de forma remota, por meio do aplicativo Meu INSS ou pelo telefone 135. O atendimento nas agências dos Correios terá início na próxima sexta-feira (30).

RECUPERAÇÃO

São Luís do Quitunde/AL tem enfrentado um dos períodos mais desafiadores de sua história. Após os fortes temporais que atingiram a região, a cidade viu suas ruas e casas serem invadidas pelas águas, causando grande desordem e dificuldades para os seus moradores.

REAÇÃO

Em resposta a esta crise, a Prefeitura, sob a liderança da prefeita Márcia Cavalcante (MDB), tem intensificado uma campanha de apoio à população. A administração está mobilizando esforços para garantir a distribuição de alimentos (quentinhas) de cestas básicas e toda a logística necessária para amparar os atingidos. "É um momento em que a solidariedade e a força comunitária são essenciais para a recuperação da nossa cidade", disse.

PROMESSA

No último domingo, o deputado federal Marx Beltrão (PP), esteve em São Luís onde se comprometeu a apoiar na recuperação da cidade. "Em Brasília, já solicitei, assim como também para Milagres e Coqueiro Seco, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e à Defesa Civil Nacional o envio de equipes técnicas, a liberação de recursos emergenciais e o reconhecimento da situação de emergência desses municípios."

ORIGEM

Aquele galpão que desabou no último sábado em Jaraguá, deixando três operários feridos — um deles em estado grave. A estrutura pertence à Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) e operava sem autorização do município, segundo autoridades locais. A obra já havia sido notificada e autuada anteriormente, e, no momento do acidente, os trabalhadores estavam sem equipamentos de proteção individual (EPI), além de não haver placa de identificação nem registro de empresa responsável no canteiro.

CAMPANHA

Durante a presença de dezenas de prefeitos em Brasília, na semana passada na Marcha em Defesa dos Municípios, Arthur Lira circulava nos bastidores com seu filho, Álvaro. Curiosamente, já anunciando que o garotão no próximo ano disputará uma vaga na Câmara Federal. Ex-presidente da Câmara deixou a entender que sua missão em 2026 será a busca por uma das vagas de senador.

CULTURA

A Sefaz-AL regulamentou um recurso valioso que permite às empresas alagoanas destinar parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) devido a projetos culturais. As solicitações estão disponíveis para empresas interessadas em participar do regime especial de incentivo fiscal à cultura. Essa medida permite que contribuintes do ICMS destinem parte do imposto devido a projetos culturais aprovados, por meio do Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais (FDAC).

NA CORDA BAMBA

De Piranhas vem a informação de que O Ministério Público Eleitoral em Delmiro Gouveia instaurou um Procedimento Preparatório Eleitoral para apurar indícios de irregularidades na utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) por uma candidata a vereadora eleita no pleito de 2024, em Piranhas. A investigação aponta que quase a totalidade do valor (R$ 14.983,00) foi repassada a um único fornecedor, uma empresa de comunicação visual, sem comprovação adequada da efetiva prestação dos serviços contratados.

Antropologia Forense ganha destaque em identificação

Métodos antropológicos e análise de características são cruciais para desvendar

A identificação de um corpo no Instituto Médico Legal (IML) Estácio de Lima, em Alagoas, evidenciou a importância crescente da Antropologia Forense como uma ferramenta na solução de casos de desaparecimento. O indivíduo em questão, registrado no Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID), havia sido visto pela última vez em 12 de maio de 2025 e deu entrada no IML no dia 22 do mesmo mês, após o corpo ser encontrado na lagoa Mundaú, em Maceió.

A primeira tentativa de identificação por impressões digitais ficou prejudicada, o que levou a equipe do IML a recorrer a outros métodos. De acordo com a perita odontolegista Isabella Lemos, o cadáver apresentava uma grande quantidade de tatuagens com alto nível de detalhamento, muitas das quais estavam surpreendentemente bem preservadas, fator que teve papel crucial na investigação.

Foi, então, feito um exame odontológico, onde se observou a presença de restaurações com material amorfo. Apesar de os familiares terem fornecido uma ficha odontológica com registros anteriores, o odontograma não estava preenchido, o que impossibilitou uma confirmação definitiva apenas por esse meio, ainda que coincidências entre os achados antes e após a morte tenham sido registradas.

Diante disso, foram solicitadas à família fotografias do sorriso e das tatuagens do desaparecido em vida. A análise comparativa entre essas imagens e o corpo revelou fortes coincidências, tanto qualitativas quanto quantitativas. Com base nesse conjunto de evidências secundárias e antropológicas, a perita odontolegista foi capaz de identificar o corpo como sendo pertencente a Diego Rodrigues da Silva.

O caso reforça a importância da Antropologia Forense na elucidação de desaparecimentos. Embora ainda seja classificada pela Interpol como método secundário de identificação humana, a crescente sofisticação das técnicas utilizadas e sua eficácia em situações em que os métodos primários não prosperam vêm alimentando um debate necessário sobre seu real valor científico e jurídico.

Casos como este demonstram como a Antropologia Forense pode não apenas acelerar processos investigativos, mas também oferecer às famílias a possibilidade de encerramento, permitindo que exerçam plenamente seu direito à verdade e ao luto.

ASCOM POLÍCIA CIENTÍFICA



Corpo de desaparecido que estava no IML é identificado pela Antropologia



VALDICE GOMES – cojira.al@gmail.com

MULHERES PRETAS FORMAM GRUPO QUE MAIS SOFRE EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO

O Ministério da Igualdade Racial (MIR), em parceria com a Vital Strategies e a Umane, divulgou um estudo inédito que revela que mulheres pretas enfrentam a desigualdade de forma desproporcional, com 72% relatando múltiplas razões para episódios de discriminação, seguidas pelos homens pretos (62,1%). Esta é a primeira vez que uma pesquisa nacional mapeia a frequência com que brasileiros se sentem discriminados em atividades do dia a dia e quais são as razões atribuídas a essas situações de discriminação. A partir da aplicação da Escala de Discriminação Cotidiana, o estudo levantou dados sobre as experiências de discriminação em diferentes situações e evidenciou que a raça é o principal fator de discriminação no país, com 84% dos entrevistados que se identificam como pretos relatando já ter sofrido discriminação racial. Para o secretário de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, Tiago Santana, por meio de dados concretos como esse, é possível denunciar como o racismo se manifesta no cotidiano das pessoas. "Os dados nos provam como os processos de discriminação e racismo estruturam a sociedade brasileira e têm impactos profundos, sobretudo no dia a dia das mulheres pretas", disse o secretário. Ele ainda destaca que abordar raça, ao produzir informação, é fundamental para se definir prioridades e investir em políticas efetivas baseadas em evidências. "Ter em conta o racismo enquanto marcador social da diferença nos processos de vida da população negra é um dos caminhos possíveis para implementar políticas públicas equânimes, que são pautadas na justiça e na reparação social". Para cada uma das situações listadas pelo estudo, os entrevistados poderiam marcar uma das seguintes opções: nunca, raramente, frequentemente, sempre. Ao considerar apenas as respostas "frequentemente" e "sempre", observou-se que as experiências de discriminação foram mais prevalentes na população preta, com destaque para três situações nas quais aproximadamente 50% dos respondentes desse grupo indicaram ter vivenciado. São elas: "recebo um atendimento pior"; "sou tratado com menos gentileza" e "sou tratado com menos respeito". Com isso, o levantamento revela que, além da raça, muitas vezes outros fatores se somam na percepção sobre as razões para discriminação. Essa abordagem demonstra como diferentes formas de desigualdade se combinam, afetando grupos de maneira complexa e multifacetada, ao considerar aspectos como raça, gênero, aparência e posição socioeconômica. Veja a publicação na íntegra no link https://www.gov.br/igualdaderacia

NEABI/UNCISAL CELEBRA DIA DA ÁFRICA

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena da Uncisal (Neabi/Uncisal) realiza na próxima quarta-feira (28/05), às 18hs, no auditório da universidade, no Trapiche da Barra, um debate sobre o tema Saúde da População Negra, em celebração ao Dia da África, que transcorreu no último domingo (25 de maio). A atividade acontece pela segunda vez e também marca o aniversário de 01 ano do Neabi/Uncisal. De acordo com publicação dos organizadores do evento, a saúde da população negra é um direito ancestral, e lutar por ela é honrar as raízes de um continente que resiste, cura e transforma. O Dia Mundial da África é a comemoração anual da fundação da Organização da Unidade Africana, hoje conhecida como União Africana, a 25 de maio de 1963. É comemorado em vários países do continente africano, assim como em todo o mundo. Em alguns países africanos, como Gana, Mali, Namíbia, Zâmbia e o Zimbábue, o Dia da África é um feriado nacional. No Brasil, embora não seja feriado, a data tem como objetivo promover o reconhecimento da história e cultura africana com a história do país. Além disso, serve como ponto de conexão com os imigrantes de países africanos que residem no país na atualidade.

PROJETO MURALISMO

Chegou a vez do Alto Sertão receber o Projeto Muralismo. De 27 a 30 de maio, a cidade de Delmiro Gouveia receberá o Projeto de Muralismo da artista visual Joyce Nobre (Foto). Serão realizadas oficinas gratuitas, tendo como público prioritário crianças que estudam em escolas públicas nos Povoados Salgado (Escola Municipal São José) e São Sebastião (Escola Municipal Rui Barbosa), ambas a partir das 9h, nos dias 27 e 28. Finalizando a programação com a criação de murais no centro urbano às 15h, do dia 28 ao dia 30. A iniciativa busca transformar paisagens urbanas e rurais do sertão em galerias a céu aberto. Inspirada pelas cores, texturas e tradições sertanejas, Joyce leva a arte do muralismo para comunidades do interior, resgatando e celebrando a identidade local em grandes murais. Cada obra é criada com a participação ativa dos moradores, que compartilham histórias, símbolos e elementos culturais que se tornam parte das pinturas. O projeto também possui uma proposta educativa, promovendo oficinas de arte mural para crianças de escolas públicas, incentivando o aprendizado de técnicas de pintura e a valorização do patrimônio cultural sertanejo. Fonte: Assessoria .



MERCADO DE QUINTA

Começou na quinta-feira, dia 08 de maio, no Mercado Público de Jaraguá, o projeto Mercado de Quinta, que recebe grupos e artistas populares, sempre ao meio-dia, na hora do almoço, durante os meses de maio e junho. Serão sete semanas de apresentações culturais diversas, onde a cada quinta-feira uma atração estará se apresentando. "Nesta primeira edição do projeto, privilegiamos a cultura popular, tão rica e tão pulsante em nossa cidade, com bandas de pífanos, trios de forró, coco alagoano, escolhidos a dedo, pela sua representatividade no cenário e por terem uma identificação com a proposta do projeto", ressaltou Keyler Simões, produtor do evento.
De acordo com a programação, na quinta-feira (22/05), a atração foi a Banda de Pífanos Sagrado Coração de Jesus; Nesta quinta (29/05), será a vez de Chau do Pife. O Mercado de Quinta é uma produção da Saci Produções, através de recursos da Política Nacional Aldir Blanc, do Governo Federal, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, e apoio do Mercado Público de Jaraguá, e informações podem ser obtidas pelo (82) 99971-4281. Fonte: Blog do Keyler.

SIMPÓSIO DISCUTE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Na semana passada, dias 19 e 20, o auditório da Reitoria da Ufal foi palco da realização do 1º Simpósio Alagoano de Saúde da População Negra, Povos de Terreiro e de Matrizes Africanas, resultado da articulação entre as Faculdades de Medicina e de Serviço Social, o Centro de Formação e Inclusão Social Inaê, com apoio da própria Ufal, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro). O evento reuniu profissionais e gestores de saúde, religiosos, pesquisadores e militantes do movimento negro, além de ativistas da luta em defesa do SUS e por uma saúde sem racismo, em torno de um tema que impacta mais de 50% da população brasileira. O Simpósio contou com a presença da Ialorixá Mãe Neide Oyá D'Oxum (Foto), fundadora do GUESB e da ONG Inaê, de representantes das demais instituições organizadoras, técnicos do Ministério da Saúde, do Ministério da Igualdade Racial além de integrantes do Ministério Público Federal e Estadual. No final, foi aprovada uma Carta Aberta em defesa da implantação das Políticas Estadual e Municipais de Saúde integral da População Negra e de Povos e Comunidades de Terreiros de Matriz Africana em Alagoas.

PENSADOR JESSÉ SOUZA FAZ PALESTRA EM MACEIÓ

Na próxima quinta-feira, 29 de maio, às 9h, no auditório do Centro Cultural Sinteal, na rua Comendador Palmeira, 502 - Farol, o Seminário sobre os Desafios do Brasil Contemporâneo recebe um dos pensadores mais provocantes e necessários do Brasil. O sociólogo e pensador Jessé Souza, ministrará a palestra "Desafios do Brasil Contemporâneo: Um Diálogo com o Pensamento de Jessé Souza", desconstruindo os mitos que perpetuam as desigualdades e apresentando novas perspectivas para uma sociedade verdadeiramente justa. Reconhecido por suas análises profundas sobre as estruturas de poder e desigualdades no País, o sociólogo virá a Maceió para um debate essencial sobre os desafios enfrentados pela sociedade brasileira. Em um contexto de intensas mudanças sociais, este seminário não se limita a ser um evento acadêmico – é um chamado à reflexão crítica e à ação transformadora. Jessé Souza é autor de mais de 30 livros, entre eles "Como o racismo criou o brasil", além de centenas de artigos e de ensaios publicados em vários idiomas. Inscrição no link www.doity.com.br/seminario-sobre-os-desafios-do-brasil-contemporaneo .

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANAPI, através da Secretaria de Assistência Social, avisa que realizará licitações conforme resumo:
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025/2** (BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS)
Objeto: Registro de preços visando a eventual aquisição de kits de gêneros alimentícios, para atender as demandas setoriais da Secretaria de Assistência Social do Municipio de Canapi.
Tipo: MENOR PREÇO.
Data e hora da sessão de disputa: 11/06/2025, às 09:30h (horário de Brasília).
LOCAL: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, através do site **www.bnc.org.br.**
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: **www.bnc.org.br** e se credenciarem junto ao BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço **http://bnc.org.br/sistema**, fone: 41 3557-2301 e/ou Celular/ Whatsapp: 41 99136-7677, e-mail: **contato@bnc.org.br** ou através do site **http://www.canapi.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao**
Informações pelo e-mail: **licitacao.canapi@gmail.com**

Canapi/AL, 26 de maio de 2025.
Emanuella Bezerra Brandão de Freitas
Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025 – NOVA CHAMADA - Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de brinquedos, tipo playgrounds, incluindo montagem, desmontagem, assistência técnica e locação de equipamentos para monitoramento por câmeras de vídeo. Tipo: Menor preço por lote único. Data da realização: 09 de junho de 2025, às 9h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2025** - Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada e locação de máquinas pesadas. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 09 de junho de 2025, às 10h. Local: Banco Nacional de Compras - BNC. Os editais encontram-se à disposição dos interessados através do *site* da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro e na plataforma eletrônica do BNC. Dúvidas através do *e-mail* (licitacoesmarechaldeodoro@gmail.com).

Marechal Deodoro/AL, 23 de maio de 2025.
Leandro Bittencourt Miranda

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ/AL
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

O Município de Santana do Mundaú AL, torna público que estará recebendo, documentação para Credenciamento, objetivando a contratação de Leiloeiro Oficial, para realização de Leilões Públicos, visando a alienação de bens inservíveis, incluindo nesta contratação, o levantamento dos bens, a avaliação, a elaboração e publicação do edital, a divulgação (propaganda e marketing) do leilão, a realização do leilão e todos os procedimentos decorrentes do mesmo. O credenciamento encontra-se fundamentado nas disposições contidas no artigo 31, § 1º e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto nº 21.981,de 19/10/1932, Instrução Normativa nº 52/2022/DNRC, bem como, pelas disposições fixadas no Edital e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração de contrato de credenciamento, conforme as condições estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos. O recebimento dos protocolos ocorrerão a partir do dia 27/05/2025, às 08:00 (oito) horas e o edital estará aberto por 15 (quinze) dias, contados da publicação do aviso. O credenciamento terá validade de 08 (oito) dias úteis, podendo durante seu período de vigência, receber novos credenciados, que serão classificados nas condições previstas no edital. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do e-mail: cplmundau@gmail.com de segunda a sexta feira, das 08 (oito) às 14:00 (quatorze) horas. Santana do Mundaú/AL, 26 de maio de 2025. Waldemy Teotonho. Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santana do Mundaú, comunica a abertura de Pregões Eletrônicos, conforme abaixo descrito: OBJETO: Aquisição de água mineral **(Pregão Eletrônico nº 021/2025)**, dia 06/06/2025, às 10h00. OBJETO: Aquisição de cilindro e botijão de gás de cozinha **(Pregão Eletrônico nº 022/2025), dia 06/06/2025,** às 14h00. ABERTURA: Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, através do site www.bnc.org.br. Observações: Os interessados poderão retirar o Edital através do site: www.bnc.org.br e se credenciarem junto ao BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, no endereço http://bnc.org.br/sistema. Esclarecimentos pelo Sistema eletrônico do BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS. Santana do Mundaú/AL, 26 de maio de 2025. Isabelle Nunes de Lima. Pregoeira

Santander SOLD

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 06 de junho de 2025, a partir das 09h50min
2º LEILÃO: 10 de junho de 2025, a partir das 13h50min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010386531, firmado em 14/08/2023, com o(s) **Fiduciante(s) GIVALDO FERREIRA TORRES/ELIZABETH BARBOSA MOURA TORRES**, maior/maior, inscrito no CPF n° 679.795.054-68/787.676.874-15, no dia **06 de junho de 2025, a partir das 09h50min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 187.338,03 (Cento e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e oito reais e três centavos)**, **o imóvel matriculado sob n° 15.538 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Rio Largo/AL**, constituído pela Casa Residencial situada na Rua em Projeto "A", nº 38, do Loteamento Recanto dos Palmares, lote nº 38 da Quadra A, bairro Prefeito Antonio Lins de Souza, em Rio Largo/AL, com área de terreno de 120,00m² e área construída de 81,41m². Cadastro Municipal: 22538. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **10 de junho de 2025, a partir das 13h50min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 129.822,66 (Cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03260020/2025

Torna-se público que PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, por meio da **Secretaria Municipal de Agricultura**, realizará Dispensa Eletrônica para a contratação de empresa para aquisição de aparelho de sistema de posicionamento global (GPS).
Data da sessão: 02/06/2025. Link: www.bnc.org.br/
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04090013/2025

Torna-se público que PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, por meio da **Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos**, realizará Dispensa Eletrônica para a contratação de empresa para aquisição de itens para o projeto BELEZA D'ELAS.
Data da sessão: 02/06/2025. Link: www.bnc.org.br/
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02030035/2025

Torna-se público que PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, por meio da **Secretaria Municipal de Cultura**, realizará Dispensa Eletrônica para a contratação de empresa para aquisição de materiais de informática e periféricos.
Data da sessão: 02/06/2025. Link: www.bnc.org.br/
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

São Miguel dos Campos - Alagoas, 26 de maio de 2025.
GEORGE CLEMENTE VIEIRA
Prefeito

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e distribuição, sob demanda, de lanches.
Certame licitatório:13/06/2025, às 09h (horário de Brasília).
Informações gerais: O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio **www.licitanet.com.br**, ou no sítio **www.tjal.jus.br**, em Licitações.

Maceió, 26 de maio de 2025.
Dilair Lamenha Sarmento
Pregoeira

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n° 14/2025
Processo n.º 100.004356/2025
Tipo: Menor Preço por item
Disponibilidade: **https://www.licitanet.com.br/**
Objeto: Registro de preço para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos realizado por bombeiro civil no desenvolvimento de suas funções, quais sejam a garantia da segurança e bem estar das pessoas que estiverem presentes em eventos realizados pelo Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia/AL.
Data de realização: 11 de junho de 2025 às 08:00h.
Informações: **cpldelmiro@outlook.com**

Erika Vanessa Melo de Lima

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

Tipo: Menor Preço. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de Hortifruti, visando suprir as necessidades deste Município de Lagoa da Canoa/AL. Data: 16/06/2025, às 10h00min. Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Editais disponíveis também no portal https://transparencia.lagoadacanoa.al.gov.br/licitacao, informações no e-mail: cpl.canoa@gmail.com.

Lagoa da Canoa/AL, 26 de maio de 2025.
Alex Junior Ferreira da Silva, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025

Tipo: Maior desconto. Objeto: Contratação de empresa especializada na aquisição de combustíveis, mediante sistema de registro de preços, visando suprir as necessidades deste Município de Lagoa da Canoa/AL. Data: 11/06/2025, às 10h00min. Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Editais disponíveis também no portal https://transparencia.lagoadacanoa.al.gov.br/licitacao, informações no e-mail: cpl.canoa@gmail.com.

Lagoa da Canoa/AL, 26 de maio de 2025.
Alex Junior Ferreira da Silva, Pregoeiro.

CONTEÚDO EM VÍDEO DO PORTAL
TRIBUNAHOJE.com
VOCÊ ENCONTRA TAMBÉM EM NOSSO CANAL NO
YouTube
BUSQUE POR:
PORTAL TRIBUNA HOJE

L E MINERADORA LTDA (CNPJ: 18.835.653/0001-56), torna público que requereu ao IMA/AL, a **Autorização Ambiental para o Corte de Árvores Isoladas nas Poligonais ANM nº 844.094/2015 e nº 844.053/2024** localizada na Zona Rural do município de Piaçabuçu/AL. Foi solicitado Levantamento Florístico e Plano de compensação Ambiental.

POUSADA LUA BONITA LTDA, inscrito no CNPJ nº 33.131.473/0001-87, Situado na Rodovia Arnon de Melo, nº1200, no bairro Atemar de Barros, no município de Maragogi – AL, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maragogi-AL, a sua **Licença de Operação, para a atividade Hoteleira (Pousada Lua Bonita).** Não foi determinado Estudo de impacto ambiental.

RF EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS CONDOMINIO CANNES SPE LTDA, CNPJ N° 49.173.847/0001-67, com sede a Rua Professor Sílvio de Macedo, 68, Sala 02, Jatiúca, Maceió/AL torna público que requereu ao IMA/AL a **Licença Prévia para Construção do Empreendimento Residencial Condomínio Cannes**, localizado em Marechal Deodoro/AL. Foi exigido estudo ambiental.

FERREIRA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 15.580.519/0001-63, localizada na Rua Em Projeto, Nº S/N, Povoado Marceneiro, Passo de Camaragibe, Alagoas, CEP nº 57930-000, torna público que requereu ao IMA/AL a **Renovação de sua Licença de Operação (RLO) para o empreendimento de atividade hoteleira denominado Pousada Marceneiro.**

(**JRCA VEICULOS ELETRICOS LTDA - FILIAL**) INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 49.006.666/0003-08 - Torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Maceió a **Autorização Ambiental de Operação para (COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS)**, localizado(a) (AV FERNANDES LIMA, 3204, GRUTA DE LOURDES, QUADRA 0355, LOTE 0131, CEP: 57.052-403 , MACEIÓ-AL).

AFRÂNIO LAGES NETO, inscrito no CPF sob nº 729.834.424-20, residente na Avenida Professor Sandoval Arroxelas, nº 295, Ponta Verde – Maceió/AL, torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL a **Renovação da Licença de Operação para um Sistema de Irrigação para Cultura de coqueiros,** localizado na Fazenda Nossa Senhora da Glória, s/n, Zona Rural, Porto de Pedras/AL.

MAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONDIMENTOS E PLÁSTICOS EIRELI, CNPJ 08.680.499/0001-37, endereço RUA ANTÔNIO MARROQUIM, 119 – BAIXÃO – CEP 57305-430, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SMDUMA a **Renovação da Licença de Operação para atividade de CNAE 10.99-6-01 Fabricação de Vinagre, no município de Arapiraca – AL.**

A **GRAN MIRAT JAPARATINGA SPE LTDA** portadora do CNPJ sob o nº 55.0118.834/0001-16, localizada no endereço: R. Tavares Bastos, 219, CEP 57.055-680, Pinheiro, Maceió - AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, a **Licença Instalação (LI) para seu empreendimento Gran Mirat Japaratinga** localizado na Rodovia AL-101 Norte, s/n, Povoado Boqueirão em Japaratinga - AL.

M C DA SILVA SELF SERVICE E DELIVERY, CNPJ 15.654.883/0001-20, com sede na Av. Fernandes Lima, N° 1218, Lote 2, Pitanguinha, CEP 57.052-050, Maceió/AL, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, a **Regularização da Autorização Ambiental Municipal de Operação, para a Atividade de Restaurantes e Similares, para o empreendimento denominado COMPANHIA DAS QUENTINHAS**, situado na Av. Fernandes Lima, N° 1218, Lote 2, Pitanguinha, CEP 57.052-050, Maceió/AL.

53.084.264 **SIMONE TAMUJO MERLOTTI** inscrito no CNPJ: 53.084.264/0001-37, localizado na Estrada Senador Renan Calheiros, KM 5.4, Barreiras do Boqueirao, Japaratinga/AL, CEP: 57.950-000, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Alagoas, a **Regularização de Licença de Operação** para a atividade de Outros alojamentos não especificados anteriormente.

Pousada Praia do Xaréu Ltda, inscrito no CNPJ nº 28.940.596/0001-29, Situado na Rodovia AL 101 Norte, 3026, no bairro Praia do Xareú em Maragogi-AL, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Maragogi-AL, a **Renovação da sua Licença de Operação para a atividade de Hospedagem (Pousada Xaréu).** Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

TRIBUNA HOJE.com
TODO CONTEÚDO EM VÍDEO VOCÊ ENCONTRA EM NOSSO CANAL NO YouTube
BUSQUE POR: PORTAL TRIBUNA

PUBLIQUE AQUI!
82.3316-5855

ATOS OFICIAIS, BALANÇOS E EDITAIS.
JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Portal TRIBUNAHOJE.com
SOLICITE SEU ORÇAMENTO PELO E-MAIL:
comercial.tribunaindependente@gmail.com
ÚNICO JORNAL STANDARD DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA NO ESTADO DE ALAGOAS

USINA CAETÉ S.A

CNPJ n º 12.282.034/0001-03
NIRE 273.0000054-8

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2025

1 **Data, Hora e Local:** Realizada em 16 de maio de 2025, às 15:30 horas, na sede social na cidade de Maceió, estado de Alagoas, na Rua Barão de Jaraguá, nº 47, Jaraguá, CEP 57.022-140 ("**Companhia**").

2 **Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), por estar presente à assembleia a acionista Lagense S.A. Administração e Participações (conforme abaixo qualificada), representando a totalidade do capital social da Companhia.

3 **Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Araken Barbosa de Miranda Júnior, que escolheu a Sra. Fernanda Machulis Magalhães para secretariá-lo.

4 **ORDEM DO DIA**: Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) **(a)** a emissão, formalização e operacionalização da 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e com garantia fidejussória, em até 2 (duas) séries, no valor de, inicialmente, R$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida), da Companhia ("**Emissão**" e "**Notas Comerciais**", respectivamente), as quais serão objeto de colocação privada perante a **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, categoria S1, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o n.º 477, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 1° andar, Conjunto 12, bairro Jardim Europa, CEP 01.455-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 02.773.542/0001-22, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas ("**NIRE**") 35.300.157.648 ("**Securitizadora**"), por meio da celebração do "*Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Até 2 (Duas) Séries, com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da 3ª (Terceira) Emissão da Usina Caeté S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora e os Garantidores (conforme definido abaixo) ("**Termo de Emissão**"); e **(b)** a participação da Companhia, na qualidade de devedora, na operação de securitização de certificados de recebíveis do agronegócio ("**CRA**") integrantes da 178ª (centésima septuagésima oitava) emissão em até 2 (duas) séries da Securitizadora, tendo como ativos-lastros as Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021 ("**Lei 14.195**"), da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("**Lei 11.076**"), da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada ("**Lei 14.430**"), e da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 60**"), a ser disciplinada por meio do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Até 2 (Duas) Séries, da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão, em Classe Única, da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Usina Caeté S.A.*" a ser celebrado entre a Securitizadora e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, sala 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("**Agente Fiduciário**" e "**Termo de Securitização**", respectivamente), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição, em rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso VIII, alínea "a", da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), da Resolução CVM 60 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**CRA**", "**Oferta**" e "**Operação de Securitização**", respectivamente);

(ii) autorização para a outorga e constituição, para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura da Devedora e/ou dos Garantidores, derivada das Notas Comerciais e/ou dos Contratos de Garantia, bem como eventuais custos e/ou despesas incorridos pela Securitizadora, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos demais prestadores de serviços da emissão em benefício dos Titulares de CRA, inclusive, mas não se limitando, em razão de atos que tenham que praticar por conta de: **(i)** inadimplemento, total ou parcial, das Notas Comerciais, inclusive com relação a valores de reembolso e/ou para fins de recomposição do Fundo de Despesas, integrante do Patrimônio Separado dos CRA; **(ii)** decretação de vencimento antecipado de todo e qualquer montante de pagamento, incluindo o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário da Notas Comerciais, a Remuneração e eventuais encargos ordinários e/ou de mora decorrentes das Notas Comerciais; **(iii)** incidência de tributos e despesas gerais, conforme aplicáveis, inclusive por força da excussão das garantias atreladas às Notas Comerciais; **(iv)** processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais, desde que devidamente comprovados; **(v)** qualquer outro montante devido pela Devedora e/ou pelos Garantidores à Securitizadora relacionado às Notas Comerciais ou aos Contratos de Garantia; e **(vi)** inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago pela Devedora e/ou pelos Garantidores, relacionado às Notas Comerciais ou aos Contratos de Garantia, desde que respeitadas as regras previstas a serem previstas no Termo de Emissão e nos Contratos de Garantia ("**Obrigações Garantidas**"), nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("**Lei 4.728**") e dos artigos 22 e seguintes da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("**Lei 9.514**") e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), de alienação fiduciária sobre o imóvel de propriedade da Companhia, por meio de sua filial **USINA CAETÉ S.A. - Unidade Marituba**, sociedade por ações, com sede no município de Igreja Nova, estado de Alagoas, na Faz. Vilarinho, S/N, Zona Rural, CEP 57.280-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.282.034/0003-67 ("**Usina Caeté – Unidade Marituba**"), e da **JARAGUÁ AGRÍCOLA LTDA.**, sociedade limitada com sede no município de Maceió, estado de Alagoas, na Rua Barão de Jaraguá, nº 47, Jaraguá, CEP 57.022-140, inscrita no CNPJ sob o n° 39.725.884/0001-87 ("**Jaraguá**"), descrito e caracterizado na matrícula nº 1.372, registrada perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Penedo, estado de Alagoas, por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças"*, a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora, a Jaraguá e a Usina Caeté – Unidade Marituba ("**Instrumento de Alienação Fiduciária de Imóvel**" e "**Alienação Fiduciária de Imóvel**", respectivamente);

(iii) autorização para a outorga e constituição, em garantia do fiel e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728, do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514 e do artigo 41 da Lei 11.076, em favor da Securitizadora, de cessão fiduciária sobre (em conjunto, os "**Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente**"): **(a)** 15,00% (quinze por cento) de todos e quaisquer recebíveis, atuais ou futuros, de titularidade da Fiduciante decorrentes do "*Contrato de Comercialização de Açúcar e Álcool e Outras Avenças*", celebrado entre a **Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo**, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.261 - Ala A1 - 12º andar - sala 02, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 61.149.589/0001-89, a **Copersucar S/A**, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.261 - Ala A1 -12º andar - sala 01, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.265.949/0001-77 ("**Contraparte**"), a Fiduciante e outros, em 30 de setembro de 2008, conforme aditado de tempos em tempos, cujas características serão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária ("**Contrato de Compra e Venda**"), incluindo, mas não se limitando aos eventuais aditamentos, multas, encargos, acréscimos, garantias, juros moratórios, direitos ou opções oriundas do Contrato de Compra e Venda ("**Direitos Creditórios – Contrato de Compra e Venda**"); **(b)** a conta vinculada de nº 1.515.579-1, agência nº 0001-9, mantida junto ao Banco Depositário, de titularidade da Fiduciante e movimentada única e exclusivamente pelo Banco Depositário, conforme instruções da Securitizadora ("**Conta Vinculada**"), na qual deverá ser depositada a totalidade dos recursos oriundos dos Direitos Creditórios – Contrato de Compra e Venda; e **(c)** todos os direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma depositados na Conta Vinculada, incluindo todo e qualquer depósito, valor ou recursos mantidos em referida conta vinculada ou a serem mantidos a qualquer tempo, ainda que em trânsito ou processo de compensação bancária, e todos os frutos, rendimentos e ganhos decorrentes dos investimentos permitidos no âmbito do Contrato de Banco Depositário ("**Direitos Creditórios – Conta Vinculada**"); por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora ("**Contrato de Cessão Fiduciária**" e, em conjunto com Instrumento de Alienação Fiduciária, os "**Contratos de Garantia**"; e "**Cessão Fiduciária**", respectivamente);

(iv) a autorização da prática, pelos diretores da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, bem como à formalização das matérias tratadas acima, incluindo, mas não se limitando, **(a)** à contratação e remuneração de todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao **BANCO DAYCOVAL S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.793, CEP 01.311-200, inscrita no CNPJ sob o nº 62.232.889/0001-90 ("**Banco Daycoval**"), ao **ASA ASSET 2 GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, gestora de recursos de terceiros, constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 2.159, conjunto 52, Cerqueira César, CEP 01.419-100, inscrita no CNPJ sob o nº 19.807.960/0001-96 ("**ASA**" e, em conjunto com Banco Daycoval, os "**Coordenadores**"), ao agente de Liquidação (conforme definido no Termo de Securitização), ao escriturador e instituição custodiante das Notas Comerciais (conforme sejam definidos no Termo de Emissão), ao Agente Fiduciário, ao assessor legal, dentre outros; **(b)** à negociação de todos os termos e condições do Termo de Emissão, dos Contratos de Garantia, do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Até 2 (Duas) Séries da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão, da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Usina Caeté S.A."* a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora, a **LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES**, sociedade por ações, com sede no município de Maceió, estado de Alagoas, na Rua Barão de Jaraguá, nº 47, Jaraguá, CEP 57.022-140, inscrita no CNPJ sob o nº 12.276.994/0001-52 ("**Avalista**" e, em conjunto com Jaraguá e a Usina Caeté – Unidade Marituba, os "**Garantidores**") e os Coordenadores ("**Contrato de Distribuição**"), e/ou de qualquer outro instrumento necessário ou recomendável à realização da Emissão e da Oferta (tais como procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados), podendo, para tanto, assinar os respectivos instrumentos e fixar-lhes os respectivos honorários, conforme o caso; e **(c)** à celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como de todos os demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à da Emissão e da Oferta; e

(v) a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens "(i)" a "(iv)" acima mencionados.

DELIBERAÇÕES: Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, pela unanimidade dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições:

(i) Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio do Termo de Emissão:

(a) **Número da Emissão:** As Notas Comerciais representam a 3ª (terceira) emissão de notas comerciais da Companhia;

(b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de, inicialmente, R$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Inicial da Emissão"), observado que o Valor Inicial da Emissão, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA (conforme definido abaixo), poderá ser diminuído caso haja o exercício parcial ou não haja o exercício da Opção de Lote Adicional (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). O Valor Total da Emissão será refletido no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA;

(c) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries (em conjunto, as "Séries", e, individual e indistintamente, "Série"), sendo que **(i)** as Notas Comerciais objeto da Emissão distribuídas no âmbito da 1ª (primeira) Série são as "Notas Comerciais Primeira Série"; e **(ii)** as Notas Comerciais objeto da Emissão distribuídas no âmbito da 2ª (segunda) Série são as "Notas Comerciais Segunda Série". A existência de cada uma das Séries, bem como a quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada uma das Séries será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA (conforme definido abaixo), observado que a alocação das Notas Comerciais entre as Séries a ser prevista no Termo de Emissão ocorrerá no Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido abaixo). A quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada Série e/ou a inexistência de determinada Série, conforme apurada no Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA, será refletida no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA. De acordo com o sistema de vasos comunicantes, a quantidade de Notas Comerciais emitidas em cada uma das Séries deverá ser deduzida da quantidade a ser alocada na outra Série, respeitada a quantidade total de Notas Comerciais, de forma que a soma das Notas Comerciais alocadas em cada uma das Séries efetivamente emitidas deverá corresponder à quantidade total de Notas Comerciais objeto da Emissão ("Sistema de Vasos Comunicantes");

(d) **Quantidade de Notas Comerciais:** Serão emitidas, inicialmente, 72.000 (setenta e duas mil) Notas Comerciais, as quais estarão sujeitas à distribuição entre as Séries de acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, observado que a quantidade de Notas Comerciais poderá ser diminuída caso haja o exercício parcial ou não haja o exercício da Opção de Lote Adicional. A quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada Série e/ou a inexistência de determinada Série, conforme apurada no Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA, será refletida no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA;

(e) **Opção de Lote Adicional**: No âmbito da Oferta dos CRA, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160, a Securitizadora, em acordo com os Coordenadores e com a Companhia, poderá aumentar em até 20% (vinte por cento) a quantidade dos CRA originalmente ofertada, qual seja, de 60.000 (sessenta mil) CRA, equivalente a, na data de emissão dos CRA, R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), correspondendo a um aumento de até 12.000 (doze mil) CRA, equivalente a, na data de emissão dos CRA, R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), totalizando até R$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), nas mesmas condições dos CRA inicialmente ofertados, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160, de acordo com a demanda a ser verificada no Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA ("Opção de Lote Adicional");

(f) **Destinação dos Recursos:** Nos termos do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, e parágrafo 9º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60 e do artigo 23 da Lei 11.076, os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados integral e exclusivamente às suas atividades vinculadas ao agronegócio, em sua capacidade de produtora rural, assim entendidas as operações, investimentos e necessidades de financiamento relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos agrícolas, em especial com relação ao custeio das despesas operacionais e aos custos relacionados às atividades de produção e comercialização de cana-de-açúcar, açúcar e/ou etanol, nos termos do objeto social da Companhia e no curso ordinário de seus negócios, conforme a ser descrito no Termo de Emissão;

(g) **Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA:** No âmbito da Oferta dos CRA, será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais Investidores nos CRA, a ser organizado pelo Coordenador Líder da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, o qual irá definir **(i)** da existência de cada uma das séries dos CRA, observado que qualquer uma das séries poderá ser cancelada, com o consequente cancelamento da respectiva série das Notas Comerciais; **(ii)** a quantidade de CRA a ser alocada em cada série da emissão dos CRA e, consequentemente, a quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada série da emissão das Notas Comerciais, observado o Sistema de Vasos Comunicantes; e **(iii)** a taxa final para a remuneração dos CRA Primeira Série e dos CRA Segunda Série e, consequentemente, a taxa final para a Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série e a Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série ("**Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA**"). Após o Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA e antes da Primeira Data de Integralização, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA será refletido no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA;

(h) **Local da Emissão:** Para os fins legais, as Notas Comerciais consideram-se emitidas na cidade de São Paulo, estado de São Paulo;

(i) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será 16 de maio de 2025 ("**Data de Emissão**");

(j) **Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo) das Notas Comerciais mediante a integralização dos CRA;

(k) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, nos termos do artigo 45 da Lei 14.195, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais, nos termos dos artigos 45 e 49 da Lei 14.195;

(l) **Colocação:** As Notas Comerciais serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e ao registro perante a ANBIMA;

(m) **Vinculação aos CRA:** As Notas Comerciais serão vinculadas aos CRA objeto da 178ª (centésima septuagésima oitava) emissão, em até 2 (duas) séries, da Securitizadora, nos termos da Lei 11.076 e da Lei 14.430, a serem distribuídos por meio da Oferta, nos termos da Resolução CVM 60, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares vigentes e aplicáveis;

(n) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**");

(o) **Garantias:** Aval a ser outorgado pela Avalista, Cessão Fiduciária e Alienação Fiduciária de Imóvel;

(p) **Prazo e Data de Vencimento das Notas Comerciais:** Observados os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vigência de 1.833 (mil oitocentos e trinta e três) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de maio de 2030 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e do Termo de Emissão;

(q) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Notas Comerciais serão subscritas pela Securitizadora, mediante a assinatura do respectivo Boletim de Subscrição, cujo modelo constará do Termo de Emissão ("Boletim de Subscrição"). As Notas Comerciais serão consideradas como formalmente integralizadas, pela Securitizadora, por conta e ordem da Companhia, quando do depósito dos recursos da respectiva integralização dos CRA nas mesmas datas de integralização dos CRA (cada uma, uma "Data de Integralização"). A integralização das Notas Comerciais será realizada à vista e em moeda corrente nacional, exclusivamente com recursos oriundos da integralização dos CRA recebidos pela Securitizadora na Conta Centralizadora Operacional 1 **(i)** na primeira Data de Integralização ("Primeira Data de Integralização"), pelo Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais e **(ii)** após a Primeira Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, na forma a ser prevista no Termo de Emissão, desde a Primeira Data de Integralização dos CRA ou desde a última Data de Pagamento dos CRA, até a data da efetiva integralização ("Preço de Integralização"), observados os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão;

(r) **Atualização do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não serão atualizados monetariamente;

(s) **Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios pós fixados, a serem definidos na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA, equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a até 2,9500% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização dos CRA ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), o que ocorrer por último, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão. A Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão;

(t) **Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados a serem definidos na data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA, correspondentes ao que for maior entre **(i)** um percentual equivalente à Taxa DI baseada no ajuste da curva Pré x DI equivalente ao vértice com vencimento em abril de 2028, divulgada pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=DI1), a ser apurada conforme o ajuste do DI verificado no dia útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRA, acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) equivalente a até 2,7500% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou **(ii)** 17,76% (dezessete inteiros e setenta e seis centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série, a "Remuneração das Notas Comerciais"). A Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização dos CRA ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), o que ocorrer por último, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão;

(u) **Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o pagamento efetivo da Remuneração das Notas Comerciais será feito mensalmente, conforme cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão, sendo o primeiro pagamento da Remuneração devido em 23 de junho de 2025 e o último na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração");

(v) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado total nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado anualmente, conforme cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 25 de maio de 2026 e a última parcela na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "**Data de Amortização**"). Para cálculo da parcela de amortização do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, será considerada a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão;

(w) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e/ou pelos Garantidores à Securitizadora nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da respectiva Remuneração das Notas Comerciais, conforme aplicável, calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios");

(x) **Repactuação Programada:** As Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada;

(y) **Conversibilidade:** As Notas Comerciais não serão conversíveis em participação societária da Companhia, conforme disposto no artigo 45 e no §2º do artigo 51 da Lei 14.195;

(z) **Aquisição Facultativa:** Será vedada a aquisição antecipada facultativa das Notas Comerciais pela Companhia;

(aa) **Amortização Extraordinária Facultativa:** Não será admitida a amortização extraordinária das Notas Comerciais;

(bb) **Resgate Antecipado Facultativo Total**: A Companhia poderá, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 16 de junho de 2026 (inclusive), a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Primeira Série, acrescido **(a)** da Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais Primeira Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série imediatamente anterior (inclusive(, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Primeira Série (exclusive); **(b)** dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Primeira Série, devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série, se houver; e **(c)** de prêmio de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano multiplicado pela *duration* remanescente das Notas Comerciais Primeira Série, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento das Notas Comerciais Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Prêmio de Resgate Antecipado" e "Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série").

Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior valor entre ("Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série" e, em conjunto com o Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série, o "Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total"): **(i)** o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, acrescido **(a)** da Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série (exclusive), e **(b)** dos encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série (exclusive); ou **(ii)** a soma do valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, acrescido **(a)** da Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série, utilizando como taxa de desconto DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva 'DI x Pré', a ser divulgada pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa/), correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à *duration* remanescente das Notas Comerciais Segunda Série, a ser apurada no fechamento do 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série, calculado conforme fórmula a ser prevista no Termo de Emissão; acrescido **(b)** dos encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série (exclusive). As demais condições do Resgate Antecipado Facultativo Total serão previstas no Termo de Emissão;

(cc) **Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário:** Exclusivamente na hipótese de a Companhia ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento em decorrência de uma Alteração de Tributos (conforme seja definido no Termo de Emissão), nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, a Companhia poderá optar por: **(i)** arcar com tais tributos, acrescentando os valores correspondentes no pagamento da Remuneração das Notas Comerciais e/ou dos CRA, conforme o caso, de modo que os titulares de Notas Comerciais e/ou os Titulares de CRA recebam os mesmos valores caso tais tributos não existissem; ou **(ii)** realizar o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais, observado o procedimento a seguir descrito ("Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário, o valor devido pela Companhia será equivalente ao **(i)** Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido **(ii)** da Remuneração das Notas Comerciais, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, e **(iii)** dos Encargos Moratórios, se houver. As demais condições do Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário serão previstas no Termo de Emissão ;

(dd) **Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série que venham a ser resgatadas na forma deste item, que será endereçada à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"). Caso a Companhia tenha confirmado a intenção de promover o resgate antecipado no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, o valor a ser pago à Securitizadora será equivalente **(a)** ao Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, acrescido **(b)** da Remuneração aplicável sobre as Notas Comerciais da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série ou a respectiva Data de Pagamento de Remuneração das

Continua...

Edição impressa produzida pelo Jornal Tribuna Independente com circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação desde documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou direto no site https://tribunahoje.com/listagem-tribuna

...Continuação.

Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; **(c)** dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Notas Comerciais a serem resgatadas, se houver; e **(d)** se for o caso, do prêmio a ser oferecido, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo;

(ee) **Eventos de Vencimento Antecipado:** As Notas Comerciais e todas as obrigações constantes do Termo de Emissão serão ou poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos do Termo de Emissão e dos demais documentos relativos à emissão dos CRA dos quais a Companhia seja parte, na ocorrência das hipóteses descritas no Termo de Emissão, observados os termos e condições previstos no Termo de Emissão;

(ff) **Local de Pagamento:** Para os fins legais, as Notas Comerciais consideram-se emitidas na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; e

(gg) **Demais Características:** As demais características e condições da Emissão e das Notas Comerciais serão aquelas a serem especificadas no Termo de Emissão.

(ii) autorização para a outorga e constituição, em garantia do fiel e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, da Alienação Fiduciária de Imóvel, a ser constituída por meio do Instrumento de Alienação Fiduciária;

(iii) autorização para a outorga e constituição, em garantia do fiel e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, a ser constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária;

(iv) a autorização da prática, pelos diretores da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à implementação e à realização da Emissão e da Oferta, bem como à formalização das matérias tratadas acima, incluindo, mas não se limitando, **(a)** à contratação e remuneração de todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos Coordenadores, ao agente de liquidação, ao escriturador e instituição custodiante das Notas Comerciais, ao Agente Fiduciário, ao assessor legal, dentre outros; **(b)** à negociação de todos os termos e condições do Termo de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Distribuição, e/ou de qualquer outro instrumento necessário ou recomendável à realização da Emissão e da Oferta (tais como procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados), podendo, para tanto, assinar os respectivos instrumentos e fixar-lhes os respectivos honorários, conforme o caso; e **(c)** à celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, bem como de todos os demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à da Emissão e da Oferta; e

(v) a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens (i) a (iv) acima mencionados.

5 **LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião pelo tempo necessária a lavratura da presente ata, que, lida e achada e conforme, foi por todos os presentes assinada.

6 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Mesa: Sr. Araken Barbosa de Miranda Júnior – Presidente; e Sra. Fernanda Machulis Magalhães – Secretária. Acionistas Presentes: Lagense S.A. Administração e Participações.

Maceió/AL, 16 de maio de 2025

Mesa:

Araken Barbosa de Miranda Júnior
Presidente

Fernanda Machulis Magalhães
Secretário

Acionistas:

LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

Aryl Pontes Lyra Filho
Diretor Presidente

Maria Irene Sibaldo Leite
Diretora

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO (RETIFICAÇÃO DE ÁREA)

O Oficial do Cartório do 1º Ofício de Arapiraca, AL, situado na Rua Lúcio Roberto, 43, Centro, Arapiraca-AL, FAZ SABER que **JOSÉ LEÃO DE OLIVEIRA, CPF Nº 045.413.404-53**, representado neste ato pela sua inventariante: **ANA CÉLIA OLIVEIRA DOS REIS, CPF Nº 841.836.244-87**, requer a retificação da descrição tabular do imóvel descrito na matrícula nº **107.161**, deste Registro Imobiliário, consistente **de um terreno situado na Avenida Parque Sul, bairro Zélia Barbosa Rocha, Arapiraca/AL**, processado nos termos dos artigos 212 e 213 da lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73). Devido a falta de anuência expressa na planta e no memorial descritivo dos confrontantes do **LADO ESQUERDO**, pela negativa localização dos **DETENTORES REAIS DOS IMÓVEIS**, fica o(s) representante(s)/constituído(s)/sucessor(es), NOTIFICADO do inteiro teor dos trabalhos técnicos que encontram-se arquivados neste serviço registral, podendo, nos termos do §2º do artigo 213, impugnarem fundamentalmente os trabalhos supracitados, no prazo legal de 15 (quinze) dias. O pedido de retificação foi instruído com os documentos enumerados no artigo 213 da lei dos Registros Públicos, os quais encontram-se disponíveis neste Serviço Registral Imobiliário para exame e conhecimento dos interessados. Nos termos do §4º do artigo 213 da LRP, a falta de impugnação no prazo da notificação resulta na presunção legal de anuência dos confrontantes ao pedido de retificação de registro. Diante do exposto, as opções que a lei confere ao NOTIFICADO são: **Impugnar fundamentalmente, Anuir expressamente, Deixar transcorrer o prazo, aceitando a retificação.** Esclarece-se, finalmente, que eventuais falhas que venham a ser provadas no futuro não impedem novo procedimento retificatório nem vinculam a pessoa que anuiu nos presentes trabalhos, estando resguardados seus direitos reais nos termos da legislação civil, exceto nos casos de usucapião (§5º do artigo 214 da LRP). Decorrido o prazo legal sem impugnação, contado da primeira publicação deste edital, que será publicado 02 (duas) vezes, poderá ser deferida a retificação pretendida. Arapiraca/AL, em 23/05/2024.

Tabeliã e Oficial do 1º Ofício

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 04020084/2025 - Concorrência Eletrônica 02/2025 - UASG - 982793 - PREF. MUN. DE MARECHAL DEODORO- O Município de Marechal Deodoro avisa que realizará licitação conforme resumo abaixo: Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção e conservação da infraestrutura, no município de Marechal Deodoro/AL. Data e hora da sessão de disputa: 11 de junho de 2025 às 08h30m, horário de Brasília.LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br (Portal Nacional de Compras Públicas).O presente Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro: www.marechaldeodoro.al.gov.br, endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Marechal Deodoro/AL, 26 de maio de 2025
TASSIANE CAVALCANTE BARROS - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA
AVISOS DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Atalaia/AL, por intermédio de sua Agente de Contratação Sra. ANDREIA MARIA COSTA DE CERQUEIRA, comunica a abertura de Pregões Eletrônicos, conforme abaixo descritos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025-SRP

Tipo: Menor preço por lote. - Processo: 01090036/2025. - Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de fardamentos escolares, para atender as
necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de Atalaia/AL.
Data de realização: 06 de junho de 2025, às 10:00h (horário local).
Abertura: Sistema eletrônico do Bolsa Nacional de Compras (BNC), através do site https://bnc.org.br/.
Observações: Os interessados poderão retirar o Edital através do site: https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=0 e se credenciarem junto ao BNC, no endereço https://bnc.org.br/cadastro/.
Esclarecimentos e impugnações: Através do Sistema eletrônico do Bolsa Nacional de Compras (BNC).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025-SRP

Tipo: Menor preço por item. - Processo: 03250006/2025. - Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação preparada, para atender as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Atalaia/AL.
Data de realização: 10 de junho de 2025, às 10:00h (horário local).
Abertura: Sistema eletrônico do Bolsa Nacional de Compras (BNC), através do site https://bnc.org.br/.
Observações: Os interessados poderão retirar o Edital através do site: https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=0 e se credenciarem junto ao BNC, no endereço https://bnc.org.br/cadastro/.
Esclarecimentos e impugnações: Através do Sistema eletrônico do Bolsa Nacional de Compras (BNC).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025-SRP

Tipo: Menor preço por lote. - Processo: 03270050/2025. - Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos escolares e de apoio, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de Atalaia/AL.
Data de realização: 11 de junho de 2025, às 10:00h (horário local).
Abertura: Sistema eletrônico do Bolsa Nacional de Compras (BNC), através do site https://bnc.org.br/.
Observações: Os interessados poderão retirar o Edital através do site: https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=0 e se credenciarem junto ao BNC, no endereço https://bnc.org.br/cadastro/.
Esclarecimentos e impugnações: Através do Sistema eletrônico do Bolsa Nacional de Compras (BNC).

ANDREIA MARIA COSTA DE CERQUEIRA
Agente de Contratação

---

bradesco
LEILÃO SOMENTE ONLINE 25 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 05/06/2025 a partir das 13h00
FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
LOCALIDADES: AL AM GO MG MS MT PE PR SC SP
✓ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 VEZES COM JUROS/CORREÇÃO*
LOTE 01 - SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL - CASA
Rua A5, nº25, (Lt. 25 da qd. 05) - BAIRRO ANTÔNIO COUTINHO
Área Terreno: 155,00m²
Área Construída: 89,22m²
Lance Mínimo: R$ 82.000,00 | Mínimo à Vista: R$ 73.800,00
Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: https://VITRINEBRADESCO.com.br/
(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

EDITAL DE LOTEAMENTO

[illegible]

MUNICÍPIO DE MATA GRANDE
AVISOS DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 026/2025

Tipo: Menor preço por lote. - Processo n.º 20250403.017
Disponibilidade / Plataforma: http://www.licitanet.com.br
Objeto: Registro de preços para a futura e eventual Aquisição de Eletrodomésticos para atendimento aos diversos Órgãos da Administração Pública do Município de Mata Grande/AL.
Data de realização: 16 de junho de 2025, às 09h00min.
Informações: licitacoesmg2025@gmail.com

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 027/2025

Tipo: Menor preço por lote. - Processo n.º 20250403.014
Disponibilidade / Plataforma: http://www.licitanet.com.br
Objeto: Registro de preços para a futura e eventual Aquisição de Eletroeletrônico para atendimento aos diversos Órgãos da Administração Pública do Município de Mata Grande/AL.
Data de realização: 13 de junho de 2025, às 09h00min.
Informações: licitacoesmg2025@gmail.com

JESSÉ ROCHA DA SILVA
Pregoeiro

LAGENSE S/A – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
CNPJ nº 12.276.994/0001-52
NIRE: 27300000114

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2025

1. **Data, hora e local**: Aos 16 dias do mês de maio de 2025, às 16:00 horas, na sede da **LAGENSE S/A – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES**, localizada na Rua Barão de Jaraguá, nº 47, Jaraguá, CEP 57.022-140, município de Maceió, estado de Alagoas ("**Companhia**").

2. **Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação face à presença da totalidade dos membros da Diretoria.

3. **Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Aryl Pontes Lyra Filho, que escolheu a Sra. Fernanda Machulis Magalhães para secretariá-lo.

4. **Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) autorização para outorga e constituição de garantia fidejussória na forma de aval ("**Aval**"), para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura da **USINA CAETÉ S.A.**, sociedade por ações, com sede no município de Maceió, estado de Alagoas, na Rua Barão de Jaraguá, número 47, no bairro de Jaraguá, CEP 57.022-140, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 12.282.034/0001-03 ("**Devedora**") e/ou da Sociedade, da **USINA CAETÉ S.A. - Unidade Marituba**, sociedade por ações, com sede no município de Igreja Nova, estado de Alagoas, na Faz. Vilarinho, S/N, Zona Rural, CEP 57.280-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.282.034/0003-67 ("**Usina Caeté – Unidade Marituba**"), e da **JARAGUÁ AGRÍCOLA LTDA.**, sociedade limitada com sede no município de Maceió, estado de Alagoas, na Rua Barão de Jaraguá, nº 47, Jaraguá, CEP 57.022-140, inscrita no CNPJ sob o n° 39.725.884/0001-87 ("**Jaraguá**" e, em conjunto com a Sociedade e a Usina Caeté – Unidade Marituba, os "**Garantidores**"), derivada das Notas Comerciais e/ou dos Contratos de Garantia (conforme seja definido no Termo de Emissão), bem como eventuais custos e/ou despesas incorridos pela Securitizadora, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos demais prestadores de serviços da emissão em benefício dos Titulares de CRA, inclusive, mas não se limitando, em razão de atos que tenham que praticar por conta de: **(i)** inadimplemento, total ou parcial, das Notas Comerciais, inclusive com relação a valores de reembolso e/ou para fins de recomposição do Fundo de Despesas (conforme seja definido no Termo de Emissão), integrante do Patrimônio Separado dos CRA (conforme seja definido no Termo de Emissão); **(ii)** decretação de vencimento antecipado de todo e qualquer montante de pagamento, incluindo o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário da Notas Comerciais (conforme sejam definidos no Termo de Emissão), a Remuneração (conforme sejam definidos no Termo de Emissão) e eventuais encargos ordinários e/ou de mora decorrentes das Notas Comerciais; **(iii)** incidência de tributos e despesas gerais, conforme aplicáveis, inclusive por força da excussão das garantias atreladas às Notas Comerciais; **(iv)** processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais, desde que devidamente comprovados; **(v)** qualquer outro montante devido pela Devedora e/ou pelos Garantidores à Securitizadora relacionado às Notas Comerciais ou aos Contratos de Garantia; e **(vi)** inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago pela Devedora e/ou pelos Garantidores, relacionado às Notas Comerciais ou aos Contratos de Garantia, desde que respeitadas as regras previstas a serem previstas no Termo de Emissão e nos Contratos de Garantia ("**Obrigações Garantidas**"), no âmbito da 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e com garantia fidejussória, em até 2 (duas) séries, no valor de, inicialmente, R$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida), da Devedora ("**Emissão**" e "**Notas Comerciais**", respectivamente), as quais serão objeto de colocação privada perante a **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, categoria S1, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o n.º 477, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 1° andar, Conjunto 12, bairro Jardim Europa, CEP 01.455-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas ("**NIRE**") 35.300.157.648 ("**Securitizadora**"), por meio da celebração do "*Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Até 2 (Duas) Séries, com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, para Colocação Privada, da 3ª (Terceira) Emissão da Usina Caeté S.A.*", a ser celebrado entre a Devedora, a Securitizadora e os Garantidores ("**Termo de Emissão**"), sendo certo que as Notas Comerciais servirão de lastro no âmbito da operação de securitização de certificados de recebíveis do agronegócio ("**CRA**") integrantes da 178ª (centésima septuagésima oitava) emissão em até duas séries da Securitizadora, nos termos da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021 ("**Lei 14.195**"), da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("**Lei 11.076**"), da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada ("**Lei 14.430**"), e da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 60**"), a ser disciplinada por meio do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Até 2 (Duas) Séries, da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão, em Classe Única, da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Usina Caeté S.A.*" a ser celebrado entre a Securitizadora e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, Ala B, sala 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("**Agente Fiduciário**" e "**Termo de Securitização**", respectivamente), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição, em rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso VIII, alínea "a", da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), da Resolução CVM 60 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**CRA**", "**Oferta**" e "**Operação de Securitização**", respectivamente).

(ii) a autorização à diretoria e/ou representantes da Companhia para tomar todas as medidas necessárias à prestação do Aval no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo negociar e celebrar o Termo de Emissão, bem como praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima; e

(iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela administração da Companhia a consecução dos itens "(i)" e "(ii)" acima.

5. **Deliberação**: examinadas as matérias constantes da Ordem do Dia, os Diretores, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, aprovaram:

(i) autorização para outorga e constituição, em garantia do fiel e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, do Aval, a ser outorgado e constituído por meio da assinatura do Termo de Emissão;

(ii) a autorização à diretoria e/ou representantes da Companhia para tomar todas as medidas necessárias à constituição e outorga do Aval no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo negociar e celebrar o Termo de Emissão, bem como praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima; e

(iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela administração da Companhia a consecução dos itens "(i)" e "(ii)" acima.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo para ser deliberado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi posteriormente lida, aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Os termos desta ata foram aprovados pelos presentes, que a subscrevem.

Maceió/AL, 16 de maio de 2025.

Mesa:

ARYL PONTES LYRA FILHO
Presidente

FERNANDA MACHULIS MAGALHÃES
Secretária

Diretores:

ARYL PONTES LYRA FILHO

MARIA IRENE SIBALDO LEITE

TRIBUNA HOJE.com
TODO CONTEÚDO EM VÍDEO VOCÊ ENCONTRA EM NOSSO CANAL NO YouTube
BUSQUE POR: PORTAL TRIBUNA

Carlo Ancelotti faz a primeira convocação

Neymar fica fora da primeira lista do treinador italiano para os confrontos diante do Equador e Paraguai nas Eliminatórias

O técnico italiano Carlo Ancelotti foi oficialmente apresentado ontem como técnico da seleção brasileira de futebol. Aos 65 anos, o treinador multicampeão no continente europeu tem em seu currículo vitoriosos trabalhos à frente de clubes como o Real Madrid e terá no Brasil seu primeiro desafio comandando a equipe de um país. De olho nas suas duas primeiras partidas na função, ele anunciou também sua primeira convocação de 23 nomes, cinco deles do Flamengo.

Os atletas escolhidos por Ancelotti enfrentarão o Equador no Monumental de Guayaquil, no dia 5 de junho, e em seguida o Paraguai, em 10 de junho, desta vez em solo brasileiro, na Neo Química Arena, em São Paulo. As duas partidas são válidas

pelas Eliminatórias da Copa do Mundo. Na competição, o Brasil é hoje o quarto colocado. As seis primeiras equipes, ao fim das 18 rodadas, garantem a classificação para o campeonato mundial, que acontece no ano que vem.

CBF



Ancelotti recebe a camisa da Seleção durante apresentação oficial e convocação

"Este é o calendário do futebol de hoje, não há tempo para treinar, para preparação. Eu acho que o time vai estar preparado para esses dois jogos, porque são dois jogos muito importantes para a classificação. Eu tentei chamar jogadores preparados e que possam contribuir", disse Ancelotti.

Apresentação vai ser no dia 2, em São Paulo, onde a seleção treinará no CT Joaquim Grava, do Corinthians. Viagem será no dia 3 à tarde. Treino no Equador dia 4. Jogo dia 5. Depois da partida, retorno para São Paulo. E treinamentos no CT do Corinthians para o compromisso do dia 10. A ausência de Neymar foi explicada.

"Como eu disse, nesta convocação eu tentei selecionar jogadores que estão bem. Neymar teve uma lesão há pouco tempo. Todos sabem eu Neymar é um jogador muito importante, sempre foi e sempre será. Logicamente, infelizmente, atualmente temos muitos jogadores que sofrem lesões e que não podem estar na seleção, como Neymar, que passou por uma seleção. O que eu quero dizer é que o Brasil tem muitos jogadores talentosos e logicamente, no caso específico de Neymar, contamos com ele. É a seleção nacional. O Brasil conta com ele. Ele voltou ao Brasil para jogar para se preparar bem para o Mundial. Eu falei com ele nesta manhã para explicar a ele isso e ele está totalmente de acordo. Nós assim continuamos".

Goleiros

Alisson
Bento
Hugo Souza

Defensores

Alex Sandro
Alexsandro
Lucas Beraldo
Carlos Augusto
Danilo
Léo Ortiz
Marquinhos
Vanderson
Wesley

Meio-campistas

Andreas Pereira
Andrey Santos
Bruno Guimarães
Casemiro
Ederson
Gerson

Atacantes

Antony
Estevão
Gabriel Martinelli
Matheus Cunha
Raphinha
Richarlison
Vinicius Júnior

LIBERTADORES

São Paulo quer confirmar hoje campanha invicta

Hoje às 19h (horário de Brasília), acontece São Paulo e Talleres no Estádio Morumbis, em São Paulo, pela 6ª rodada do Grupo D da Libertadores 2025. Com 11 pontos e já garantido nas oitavas de final, o Tricolor Paulista busca manter sua campanha invicta na competição. Enquanto, o Talleres com apenas 4 pontos, já não possui chances de avançar à próxima fase da competição continental.

O São Paulo chega para o confronto com o Talleres sustentando uma campanha consistente na Libertadores. Invicto e já classificado para as oitavas de final, o Tricolor lidera o Grupo D com 11 pontos e busca garantir a primeira colocação da chave. Apesar da boa fase no torneio continental, o time convive com uma série de problemas no elenco. Para a partida, Luis Zubeldía não poderá contar com Alisson, suspenso, além de Oscar, Lucca, Ruan, Lucas Moura, Luiz Gustavo, Calleri, Ferreira, Igor Vinícius e Marcos Antônio, todos no departamento médico.

Se na Libertadores o desempenho é seguro, no Campeonato Brasileiro a situação inspira cuidados. A derrota por 2 a 0 para o Mirassol na rodada passada expôs as dificuldades causadas pelos desfalques, que comprometem o rendimento coletivo. A ausência de jogadores importantes tem obrigado o técnico a buscar soluções na base e a realizar ajustes táticos frequentes. Mesmo assim, a expectativa é de que o São Paulo consiga manter a competitividade e feche a fase de grupos com uma atuação convincente diante da sua torcida no MorumBIS. Com tantos desfalques no elenco, o atacante Luciaainda mais protagonismo no São Paulo.

TERÇA-FEIRA

119h Libertad x Alianza Lima
19h São Paulo x Talleres
21h30 Botafogo x U. de Chile
21h30 Estudiantes x Carabobo
21h30 I. Valle-EQU x Barcelona
21h30 River Plate x Universitario

QUARTA-FEIRA

119h Inter x Bahia
19h Nacional x Atl. Nacional
21h30 Bolivar x Cerro Porteño
21h30 Flamengo x Dep. Táchira
21h30 LDU Quito x Central
21h30 Palmeiras x S. Cristal

QUINTA-FEIRA

19h Olimpia x San Antonio
19h Peñarol x Vélez
21h30 Colo Colo x Bucaramanga
21h30 Racing x Fortaleza

CSA se reapresenta após dois dias de folga

ASSESSORIA


CSA volta aos treinos hoje após dois dias de folga visando confronto com o São Bernardo

O CSA teve dois dias de folga. O time só volta a jogar pela Série C no dia 2 de junho, fora de casa, contra o São Bernardo. Hoje à tarde acontece a reapresentação do grupo. Com 10 pontos, o Azulão ocupa a nona posição no Brasileiro, e sabe que ainda tem compromissos da Copa do Nordeste nas próximas semanas. Por isso a direção está se movimentando para reforçar o elenco.

Diogo Batista, de 21 anos, lateral-direito, que defendeu o Remo na Série C do ano passado e atuou pelo Água Santa nesta temporada, é o novo reforço. Ele disputou sete partidas esse ano e marcou um gol. Outros três jogadores devem ser anunciados esta semana.

O técnico Higo Magalhães, disse que Diogo chega em um momento em que ele não conta com os dois atletas da posição. Felipe Albuquerque e Vidal estão machucados e devem demorar a voltar ao time. Diogo foi revelado pelo Coritiba e jogou pela última vez no dia 9 de fevereiro, no empate por 1x1 entre Água Santa e Palmeiras. São de três meses sem atividades.

"Ele teve um acesso com o Remo no ano passado. Chegou lá e já foi acionado para entrar em campo e jogar. Muito ofensivo, é um atleta que realmente é bem promissor e tomara a Deus que ele possa nos ajudar na nossa caminhada. A gente tá com a expectativa muito positiva, mas vale esperar esse intervalo da janela para contar com ele. E vamos tentar estancar esse problema do setor até recuperar Vidal e Felipe", disse o treinador.

A falta de criatividade no meio-campo no último jogo preocupa o treinador. Higo não foi muito otimista ao falar sobre a possibilidade de retorno de Brayan contra o São Bernardo, no interior paulista.

"Ele faz falta pelo momento que vem vivendo. Ele tem feito uma grande temporada, mas não temos a certeza sobre o retorno dele. É uma lesão muito importante. Ele está tendo um pouco de dificuldade ainda, o tornozelo (esquerdo) ainda está muito inchado. Não podemos cravar hoje o tempo que vamos poder contar com ele".

A viagem da delegação acontece domingo. Até lá o grupo teré tempo de achar alternativas. "Quando a gente fala da questão física, esquece se também do mental, que é fundamental também. Nós chegamos no limite no jogo da última terça-feira. O intervalo é muito menor, conseguir recuperar esses atletas novamente, durante esse tempo todo ficamos muito tempo concentrados, muito tempo se deslocando de um lado pro outro, gastando todas as energias também dentro do campo. E você pega um adversário que tem esse tempo maior pra poder se recuperar e aí, infelizmente, não fomos felizes nas primeiras ações no primeiro tempo, em termos de concluir bem, pra te dar essa vantagem. Porque se você tem essa vantagem de um gol começa a controlar o jogo e o adversário tem que se jogar um pouquinho mais e você aproveita pra matar o jogo".

ASSESSORIA



Vegetti é esperança de gols do torcedor do Vasco hoje

EM CASA

Vasco precisa vencer para se classificar na Sul-Americana

Vasco e Melgar fazem um confronto direto pela segunda vaga do Grupo G da Sul-Americana nesta terça-feira, 27 de maio. O duelo acontece em São Januário às 19h (horário de Brasília) e é válido pela sexta e última rodada da fase de grupos. O Vasco precisa fazer a lição de casa se quiser garantir a classificação na Sul-Americana por meio dos playoffs. No primeiro turno contra o Melgar, a equipe carioca chegou a abrir 3 a 1, mas sofreu o empate no segundo tempo — um roteiro que tem se repetido com frequência nos jogos mais recentes.

Um exemplo claro foi o clássico diante do Fluminense no último sábado, quando o Cruz-Maltino saiu na frente, mas sofreu a virada após os 40 minutos, sendo esse o sexto gol sofrido nesse recorte final da partida na atual temporada. Situação semelhante ocorreu contra o Operário-PR, em confronto que quase resultou em eliminação na Copa do Brasil.

Para o duelo em São Januário, Hugo Moura cumpre suspensão automática após a expulsão diante do Lanús na Argentina. Em contrapartida, Coutinho retorna e deve iniciar como titular. Já Payet e David Estrella continuam no departamento médico.

TERÇA-FEIRA

19h Lanús x Puerto Cabello
19h Vasco x Melgar
21h30 América Cali x Racing
21h30 Huracán x Corinthians

QUARTA-FEIRA

19h Guarani-PAR x Boston
19h Independiente x Potosi
21h Cruzeiro x Unión
21h30 Def y Justicia x Cerro
21h30 Palestino x Mushuc
21h30 U.Quito x Vitória

TOP News



Elenilson Gomes
elenilsontopnews@gmail.com



Iniciamos a semana registrando o belo nupcial do casal Carol Azevedo e Carlos Tavares, que aconteceu no último dia 21. A cerimônia teve como cenário a Igreja de São Gonçalo. Em seguida, os noivos receberam os convidados no conhecido restaurante Maria Antonieta. Foi um acontecimento que sem dúvida ficará em nossas lembranças. Nesta bela foto, enfocamos a belíssima noiva, Carol Azevedo, entrando na igreja usando modelo exclusiva Martha Medeiros. Ela estava linda, uma verdadeira rainha. Parabéns, Carolzinha, felicidades para você e para o maridão, Marquinhos!

Nesta foto, TopNews registra os noivos, Marcos Tavares e Carol Azevedo e a nossa querida amiga Angela Maciel. Os noivos eram só felicidade na companhia da nossa querida Anginha!





Angela Maciel presente na bênção nupcial de Carol e Marquinhos, em companhia do casal top Márcia e Manuel Marques. Os queridos amigos comandaram uma mesa super vip na recepção do casal Carol e Marcos



Nesta belíssima foto, TopNews registra o lindo bolo dos noivos, que teve assinatura das queridas Raquel e Bianca Brizeno. Elas receberam elogios mil. Uma verdadeira obra de arte!

FERNANDA GUIMARÃES HOMENAGEIA DJAVAN

No dia 13 de junho, sexta-feira, o Theatro Homerinho será palco uma noite de celebração à música, ao amor e à cultura alagoana. Em homenagem ao Dia dos Namorados, a cantora Fernanda Guimarães apresenta o show “Meu Som Djavan”, um tributo repleto de emoção, talento e canções que marcaram gerações. Ela estará acompanhada do músico Thiago Trindade. A apresentação começa às 20h e promete um repertório cuidadosamente selecionado com sucessos como Oceano, Faltando um pedaço e Tanta saudade. A entrada após o início do show não será permitida, por isso, é recomendado chegar cedo.

SÃO JOÃO DA COMUNICAÇÃO

O Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal) realiza no sábado, 31, o São João da Comunicação. A festa terá início às 19h, no Quintal da Hop, no bairro de Jaraguá, com direito a muito forró, comidas típicas e muita animação. Serão 5 horas de festa. Garanta já o seu ingresso!

FORRÓ NO VL 2025

A CBTU convida para mais uma edição do Forró no VLT 2025. O superintendente da empresa, Carlos Jorge, recebe os convidados com muita animação e forró pé-de-serra, no sábado, 31, das 17h às 21h A saída será da estação de Maceió.

MEIA-CALÇA COM PERSONALIDADE

Se você ainda enxergava a meia-calça como uma simples camada funcional para dias frios, é hora de rever seus conceitos. Nesta temporada de outono/inverno 2025, o item ganha um protagonismo ainda mais especial, surgindo em versões que passam longe do básico — das coloridas às estampadas, transformando o look com pouco esforço e muito impacto. É uma tendência que aponta para um desejo por sobreposições criativas e gestos de estilo que fogem do previsível — seja para reforçar uma paleta monocromática ou para criar contrastes. Em tempos de armários mais enxutos e compras mais conscientes, a meia-calça oferece versatilidade e renovação imediata ao guarda-roupa.

CORTES PERFEITOS NO BRACI RESTOBARW

A gastronomia alagoana está de parabéns. Nossos restaurantes oferecem sabores que enriquecem o nosso circuito gastronômico. Hoje queremos parabenizar o delicioso Braci Restobar, localizado no belo Ritz Lagoa da Anta. Lá você irá saborear carnes nobres, com cortes especiais, é um verdadeiro show de sabores seja no almoço ou no jantar. Venham saborear as delícias da casa. Informações e reservas pelo telefone 2121-4000.

DANIEL CUNHA E HENRIQUE DÓRIA NA ÍNDIA

Empresários de sucesso, referências quando falamos em lavanderias industriais, Daniel Cunha e Henrique Dória embarcaram para Índia, onde participam de uma grande feira para trazer novidades para a Clean Express e Dry Clean Ponta Verde. Em breve, os dois empresários estarão trazendo novidades para a nossa cidade. Aguardem!